

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PÓLO DE FOZ DO IGUAÇU

ROBERTO LUIZ BIAVATI

MELHORIA DO PROCESSO OPERACIONAL DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA ITAIPU BINACIONAL, MEDIANTE ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS.

FOZ DO IGUAÇU

2011

ROBERTO LUIZ BIAVATI

MELHORIA DO PROCESSO OPERACIONAL DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA ITAIPU BINACIONAL, MEDIANTE ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Projeto técnico apresentado à Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Egon Walter Wildauer

FOZ DO IGUAÇU

2011

Dedico este trabalho a minha família e professores, pelos ensinamentos, apoio e sabedoria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família pelo apoio na minha formação acadêmica, em especial a minha esposa Claudia, meu Filho Renan

Sou imensamente grato:

aos colegas da Divisão de Análise de Contrato da ITAIPU pela oportunidade, ajuda de fazer este trabalho;

ao Professor Dr. Egon Walter Wildauer, pela gentileza de ter me recebido como seu orientando e pela ajuda técnica e emocional;

a todos os Professores de Administração da UFPR/UAB de Foz do Iguaçu, que contribuíram ao longo dos anos com seus ensinamentos;

aos colegas do curso pelos momentos de alegrias e dificuldades vivenciados ao longo destes 2 anos de estudos;

“O futuro de um homem será seus sonhos.”

*Autor*

## RESUMO

O contexto de estudo deste trabalho é analisar os Indicadores Econômicos relacionados aos processos das contratações por licitações para bens e serviços, da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tem como objetivo de verificar o processo de escolha dos indicadores Econômicos para serem adotados nos Reajuste de Preços a serem adotados nos Instrumentos Convocatórios de Licitações. Metodologicamente foi adotado um estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas não estruturadas para coleta de dados. O estudo compara dois instrumentos regulamentadores, destacando os pontos importantes que devem ser analisados antes de qualquer contratação, a Lei nº 8.666/93 deve ser cumprida por organizações públicas nos limites de sua jurisdição, e a Norma Geral de Licitação - NGL criada especialmente para atender a Usina de Itaipu, por ter caráter de pessoa jurídica pública de direito internacional. O estudo possibilitou o entendimento das diversas fontes disponíveis e seus respectivos conteúdos, com foco nos índices de preços tendo como tentativa de corrigir os problemas encontrados, de aumentar a qualidade e a eficiência nas contratações realizadas. Apresenta como resultados: um resumo da legislação relacionada com o problema, onde observou-se que as normas internas da organização é um espelho da legislação Brasileira, os principais índices de preços do Brasil, suas metodologias de cálculos e suas aplicações, proposta de melhoria do processo operacional através de exigências de orçamentos detalhados e atualização das instruções de procedimentos. Além de uma proposta de implantação de um sistema de informações para índices específicos, com seu respectivo plano de implantação.

**Palavras-chave:** Indicadores Econômicos. Índices de Preços, Reajustes de Preços, licitações, Fórmulas de reajustes.

## **RESUMEN**

*El contexto del presente estudio es analizar los indicadores económicos relacionados con los procesos de licitación para contratos de bienes y servicio de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú. Se trata de un estudio de caso, donde se llevaron a cabo entrevistas no estructuradas para la recopilación de datos. El estudio compara dos instrumentos normativos, destacando los puntos importantes que deben ser analizados antes de la contratación. La ley 8666/93 debe ser cumplida por las organizaciones públicas dentro de los límites de su jurisdicción y la Norma General de Licitación -NGL- creada específicamente para atender la represa de Itaipú dotada de carácter de persona jurídica pública de derecho internacional. Su objetivo es verificar el proceso de elección de los indicadores que se adopten en los instrumentos de Adquisiciones de las Convocatorias. El estudio permitió la comprensión de las diversas fuentes y sus contenidos con especial atención a los índices de precios con un intento de solucionar los problemas para aumentar la calidad y eficiencia de los contratos que se tienen. Resultados que se presentan como un resumen de la legislación relacionada con el problema donde se observó que las normas internas de la organización es un espejo de la legislación brasileña, los principales índices de precios de Brasil, sus métodos de cálculo y sus aplicaciones, propuesta de una mejora de los requisitos operacionales a través de las exigencias de los presupuestos detallados y actualización de las instrucciones para la actualización de procedimientos. Además de una propuesta de implantación de un sistema de informaciones para los índices específicos con su respectivo plan de implementación.*

**Palabras clave:** *Indicadores económicos, índices de precios, los ajustes de precios, adquisiciones, fórmulas de ajustes.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Usina Hidrelétrica de Itaipu - Fonte: Site da Itaipu, 2011 .....	25
Figura 2 - Produção de Energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu - Fonte: Relatório Anual 2010 - Site da Itaipu, 2011 .....	26
Figura 3 - Organograma Geral - Fonte: intranet da Itaipu Binacional, 2011(1).....	27
Figura 4 - Organograma da Diretoria Financeira - Fonte: intranet da Itaipu Binacional, organograma desenvolvido pelo autor - Atualizado até maio de 2011.....	28



## **LISTA DE SIGLAS**

DF: Diretoria Financeira

AF.DF: Superintendência de Administração Financeira

AFC: DF: Departamento de Controle de Contratos

AFCA. DF: Divisão de Análise de Contratos

BC: Banco Central

CAPES: Coordenação e Aperfeiçoamento do Ensino Superior

CUB/SINDUSCOM: Custo Unitário Bruto – Sindicato da Indústria da Construção Civil

DF: Diretoria Financeira

ERP: Sistema de Gestão Integrado

FGV: Fundação Getúlio Vargas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE: Instituto Brasileiro de Economia

ICV/DIEESE: Índice de Custo de Vida

IGP-DI: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado

INCC: Índice Nacional de Custo da Construção Civil

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPA: Índice de Preços ao Produtor

IPC: Índice de Preços ao Consumidor

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPC-FIPE: Índice de Preços ao Consumidor – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica

PIB: Produto Interno Bruto

SAP: Sistema Integrado Empresarial

SINAP: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SM: Salário Mínimo

TR: Taxa Referencial

UAB: Universidade Aberto Brasileira

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UNILA: Universidade Federal Latino-Americana

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
1.1	APRESENTAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO .....	13
1.2	OBJETIVO GERAL DO TRABALHO .....	15
1.2.1	Objetivos Específicos: .....	15
1.3	JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO .....	15
2	REVISÃO TEÓRICO-EMPIRICA.....	17
2.1	ASPECTOS LEGAIS .....	17
2.2	PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS ADOTADOS NO BRASIL.....	18
2.2.1	Índices de preços gerais.....	19
2.2.2	Índices de Preços Setoriais .....	21
2.2.3	Índices de Preços e Custos .....	21
2.3	MOEDAS .....	22
2.3.1	Taxa de Cambio .....	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	24
3.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO .....	24
3.2	PESQUISA QUALITATIVA .....	24
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	24
3.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	24
4	A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA .....	25
4.1	DESCRIÇÃO GERAL .....	25
4.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....	29
4.2.1	Avaliação da organização em relação aos aspectos legais descritos na revisão teórico-empirica.....	29
4.2.2	Resultados do levantamento dos indicadores e fontes utilizados pela Itaipu .....	30
4.2.3	Escolha dos indicadores mais adequados.....	32
5	PROPOSTA.....	37
5.1	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	37
5.1.1	Mudanças Organizacionais .....	37
5.1.2	Procedimentos, Sistemas, Métodos e Técnicas a serem Implantados.....	37

5.2	PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	38
5.2.1	Estratégias de Implantação .....	39
5.2.2	Atribuições e Responsabilidades pela Implantação. ....	40
5.3	RECURSOS .....	41
5.4	RESULTADOS ESPERADOS .....	41
5.5	RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS .....	42
5.5.1	Riscos ou Problemas esperados .....	42
5.5.2	Medidas Preventivo-Corretivas.....	42
6	CONCLUSÃO .....	43
6.1	CONCLUSÕES .....	43
6.2	RECOMENDAÇÕES .....	44
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46
	ANEXOS .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo os indicadores têm sido utilizados cada vez mais para outros objetivos do que o inicial. A importância da sua aplicação para atualização de preços dos contratos, e está presente na vida dos cidadãos e empresas desde 1964. Apesar dos diversos planos econômicos que tentaram eliminá-los, as necessidades dos reajustes continuam até hoje. Por outro lado, a grande quantidade de índices econômico-financeiros medidos e divulgados diariamente comprovam a sua utilidade. Com isso, tem fornecido subsídios para as decisões de reajustes de remunerações, não apenas aos agentes diretamente afetados pelos dissídios, mas a qualquer categoria de trabalhadores, sindicalizados ou não. Tem sido usado, também, como indexador de outros preços da economia, projeções de negócios, no processo de definição e ajuste de contratos e estoques, atualização de preços, negociações com fornecedores e acompanhamento da evolução dos custos dos insumos de diferentes atividades e/ou setores, tais como obras e serviços de engenharia, alimentação hospitalar, vigilância e segurança, limpeza, higiene e lavanderia. Essas informações permitem monitorar a evolução do custo de determinado processo crítico para um dado negócio, comparativamente à evolução do custo e o impacto da variação de preço de um insumo sobre o custo total de um bem ou serviço, em certo intervalo de tempo.

Por outro lado, ajudam a balizar contratos de prestação de serviços e especificações técnicas em editais de licitações nas diversas modalidades de contratação, dos Preços Referenciais, dos Custos de Serviços e dos Índices Setoriais especialmente.

Procuremos descrever os índices de preços mais importantes no Brasil, e entender as diferentes metodologias aplicadas em cada um.

### 1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

A Itaipu Binacional um grande número de contratações de bens e serviços a fim de realizar a manutenção e a preservação de suas estruturas, para não comprometer as atividades de geração de energia, que são responsáveis por quase

20% do abastecimento do Brasil. Os processos de contratações destes serviços são lentos por falta de definição de alguns padrões nos procedimentos contratuais. As contratações passam pela Divisão de Análise de Contratos – AFCA.DF onde são elaboradas as Condições Econômico-Financeiras, que definem os critérios para a fixação de preços e sua data-base econômica, condições de pagamento e de reajuste de preços, garantias financeiras, das penalidades e do valor das multas aplicáveis.

Os processos de contratações na organização devem estar em conformidade com a Norma Geral de Licitação – NGL, documento que substitui a Lei nº 8.666/93 de licitações adotadas no Brasil. A ausência de informações capazes de estabelecer diretrizes para o procedimento de aquisição direta, contribuíram para a ineficiência do processo, gerando desgastes e retrabalhos.

Os últimos processos de Licitações tiveram diversos casos de impugnações decorrentes de questionamentos sobre os índices de reajustes elaborados pela AFCA.DF, onde estes processos levaram em média seis meses para o estabelecimento do contrato, fato que prejudicou a disponibilidade de alguns profissionais em trabalhar em outros assuntos da Divisão.

A AFCA.DF como todas as áreas da organização tem carência de um padrão de procedimentos para as futuras contratações, esta falta de um padrão afeta a organização indiretamente, causando desgastes entre as áreas envolvidas no processo da contratação. O presente trabalho visa estudar os procedimentos internos, para minimizar o tempo de elaboração dos documentos essenciais para contratação e evitar os retrabalhos ao longo do processo.

Segundo Paulo de Martino Jannuzzi (2009) Os indicadores econômicos, como taxa de inflação, variação do Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desemprego, valor do salário mínimo ou do rendimento médio dos trabalhadores, têm uma presença constante nos jornais, na televisão, no rádio, na internet ou em conversas entre amigos. Com uma regularidade que pode ser anual, mensal, diária ou mesmo de várias vezes ao dia, a divulgação desses indicadores pode ter um impacto significativo nas perspectivas de investimentos dos agentes econômicos, no

bolso dos consumidores, no humor dos contribuintes e, naturalmente, na definição e redefinição da política econômica.

Conhecer as fontes, significados e usos desses dados e indicadores econômicos, assim como as limitações dos mesmos, é de extrema valia para qualquer cidadão, técnico ou gestor público que queira se manter informado sobre a conjuntura nacional e antecipar-se às mudanças estruturais que eles sinalizam e exigem em termos de ajustes nos programas sociais. Destacando as principais fontes de dados e indicadores econômicos, em especial as pesquisas econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os principais boletins de conjuntura econômica no país.

## 1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

Reduzir os prazos nos Processos Operacionais das Licitações Públicas mediante melhoria na elaboração das Condições Econômico-Financeiras, que fazem parte do processo (edital).

### 1.2.1 Objetivos Específicos:

- Avaliar os indicadores oficiais disponíveis e utilizados atualmente para atualização de preços dos editais de licitações com prazos superiores a um ano;
- Propor modelos de atualização de preços para processos de Elaboração das Condições Econômico-Financeiras feitos pela Divisão de Análise de Contratos AFCA.DF que compõe os editais de licitações;
- Reduzir os questionamentos e prazos dos processos de licitações.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

A razão que levou a escolha deste trabalho foi à constatação da dificuldade de definir os índices para as contratações com prazos superiores de um ano da Itaipu.

Percebeu-se que a legislação, não traz uma exigência de que os reajustes fossem feitos por um determinado índice. Dando com isso, liberdade para á

organização e o mercado escolher os índices que melhor reflita a expectativa de inflação e a variação dos custos dos insumos a serem utilizados no objeto a ser contratado.

Com isso, ocorriam diversos retrabalhos por falta de uma padronização dos processos. Os conhecimentos tácitos adquirido pelos profissionais mais antigos e com mais experiência, somente eram repassados através de diálogos com os funcionários envolvidos no processo. Estes conhecimentos não foram disseminados de forma documental para todos os funcionários da divisão.

O resultado do estudo será a elaboração de uma tabela com as principais fórmulas a serem utilizadas nas futuras contratações de bens e serviços, com o objetivo de aperfeiçoar os processos e o tempo nas contratações, tornando os processos licitatórios mais efetivos com redução dos prazos das contratações.



## 2 REVISÃO TEÓRICO-EMPIRICA

Este capítulo, por meio da literatura relacionada disponível, visa realizar uma fundamentação teórica que sustente o problema de pesquisa apresentado no capítulo anterior.

Em função de determinação legal, onde todos órgãos públicos da administração direta ou indireta, para a celebração contratual deve selecionar seus fornecedores através de processo licitatório.

Diante disso, inicialmente estará sendo expostos os principais conceitos da lei 8.666/93 (licitações) e da NGL - Norma geral de Licitações da Itaipu no que tange ao objeto do estudo. Em seguida será apresentado um resumo dos principais indicadores econômico-financeiros e suas metodologias e aplicações (reajustes de preços, etc.), e por fim, destacaremos os conceitos mais úteis para o projeto a ser desenvolvido.

### 2.1 ASPECTOS LEGAIS

Segundo Art. 2º da Lei 10.192/2001 - Plano Real, é admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

E em seu parágrafo primeiro é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

Já no parágrafo segundo prevê que em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.

Segundo a lei 8.666/93, em seus artigo no artigo art. 40, inc. XI, dentre outros, prevê o reajustamento de preços, e no inc. III, do seu art. 55, estabelece que, é cláusula necessária em todo contrato.

Por outro lado os reajustes deverão retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

Já a NGL – Norma Geral de Licitações de Itaipu em seu (anexo I), IP 04 - Condições Econômico-Financeiras “anexo I – Reajuste de Preços”, as fórmulas de reajuste de preços deverão refletir a variação dos custos gerais e dos insumos de fabricação ou de execução do serviço, utilizando-se sempre que possíveis índices de preços setoriais publicados em revistas especializadas ou Institutos de Pesquisas de reconhecimento nacional com ampla divulgação e acesso irrestrito às informações para contratos com prazo superiores a um ano.

Segundo Meirelles, o equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. (MEIRELLES, 1996, p.165).

Diante disso, o reajustamento dos contratos, deve, necessariamente, ser estabelecido no edital, para ser transcrito no contrato, a fim de fazer frente às variações do mercado e à desvalorização da moeda compensando a inflação visando fazer frente às elevações de preços do mercado.

## 2.2 PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS ADOTADOS NO BRASIL

Segundo Fortuna (2005), a economia Brasileira tem uma grande quantidade de índices e indexadores que estabelecem bases para decisões e determinam valores e resultados para contratos de diferentes seguimentos.

De acordo com Jannuzzi (2009, p. 101) Vale destacarmos que existem vários outros índices de preços computados regularmente no país, além dos produzidos pelo IBGE, como aqueles produzidos pela FGV, FIPE/USP e DIEESE, dentre outros, cujo tratamento metodológico é muito semelhante.

Diante disso, e considerando a limitação deste trabalho (aspectos legais, tempo e profundidade), a abordagem será concentrada nos índices tradicionais de preços, já que aos demais índices é dado tratamento metodológico semelhante.

Segundo a FGV, entre os indicadores econômicos, os índices de preços se destacam no suporte aos processos de gestão e no acompanhamento do desempenho de setores e da economia como um todo.

Diante disso, fica claro que a seleção dos índices de preços mais adequados a cada situação é de extrema relevância para obter bons resultados na sua utilização.

Ainda segundo Jannuzzi (2009, p. 90) esclarece que os indicadores econômicos são produzidos com regularidade, mensal, semanal e mesmo diária; são expressos em valores nominais ou reais (ajustados segundo algum índice de preços); e representados como variações percentuais, números, índices, índices acumulados, taxas de variação ao longo do tempo (mês anterior ou há doze meses), dentre outros.

### 2.2.1 Índices de preços gerais

De acordo ANTONIK (2004), o índice de preço é visto como a variação dos preços em uma amostra do total de preços na economia de uma região, estado ou país. Assim como qualquer outro número-índice o índice de preços é calculado a partir de uma amostra de dados.

#### 2.2.1.1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - IBGE

Segundo o IBGE, o período de coleta dos índices supracitados estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência. A população pesquisada para apuração do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 6 (seis) salários-mínimos, a do IPCA com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, sua periodicidade é

mensal, ambos residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

#### 2.2.1.2 Índice Geral de Preços - IGP e IGPM - FGV

O IGP é o indexador das dívidas dos Estados com a União e o IGP-M corrige, juntamente com outros parâmetros, contratos de fornecimento de energia elétrica, aluguéis, etc.

O IGP foi concebido em 1940 para ser uma medida do movimento de preços. É a média aritmética ponderada de três outros índices de preços:

- Índice de Preços ao Produtor Amplo 60% (IPA),
- Índice de Preços ao Consumidor 30% (IPC),
- Índice Nacional de Custo da Construção 10% (INCC).

Período de coleta: O IGP possui três versões com coleta de preços encadeada, o que confere ao indicador acompanhamento decendial da inflação ao produtor, consumidor e construção civil. Os períodos de coleta para as versões do IGP são: IGP-10 (11 a 10), IGP-M (21 a 20) e IGP-DI (1 a 30), periodicidade: três versões com periodicidade mensal. Os períodos iniciam-se nos dias 1, 11 e 21 de cada mês. Abrangência Setorial: Indústria, Construção Civil, Agricultura, Comércio Varejista e Serviços prestados às famílias. Abrangência Geográfica: Nacional. Principais usos: Indicador macroeconômico, deflator de valores monetários e indexador de contratos.

#### 2.2.1.3 Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA - FGV

Segundo a FGV, foi criado em 1947, o IPA, inicialmente batizado de Índice de Preços por Atacado e, a partir de abril de 2010, denominado Índice de Preços ao Produtor Amplo, registra variações de preços de produtos agropecuários e industriais nas transações interempresariais, isto é, nos estágios de comercialização anteriores ao consumo final.

A pesquisa de preços em que se baseia o cálculo do IPA é realizada continuamente, sendo feitas apurações a cada decêndio. Periodicidade: Mensal. Tendo sua primeira observação em 1944.

### 2.2.2 Índices de Preços Setoriais

O IBRE/FGV desenvolve índices específicos para medir a evolução nos preços de itens relativos a qualquer cesta de bens e serviços apontada pelo cliente, e muitas vezes, são publicados na Revista Conjuntura Econômica (anexo II).

Esses índices permitem, à empresa ou instituição, visualizar a evolução dos preços dentro do contexto econômico-financeiro no qual está situada. Além disso, oferecem uma grande quantidade de informações que podem ser utilizadas para definição e ajuste de contratos e estoques, atualização de preços, negociações com fornecedores e projeções de negócios.

#### 2.2.2.1 Índice Nacional de Custo da Construção – INCC – FGV

Segundo a FGV, tem a finalidade de aferir a evolução dos custos de construções habitacionais. Foi o primeiro índice oficial de custo da construção civil no país. Criado a partir de 1950 na cidade do Rio de Janeiro. Sua sigla era ICC. Atualmente tem abrangência Geográfica: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, e Porto Alegre. Abrangência Setorial: Materiais e equipamentos, serviços e mão-de-obra. Período de Coleta: INCC-DI, pesquisado entre o 1º e o último dia do mês de referência; INCC-M, entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência; INCC-10, entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência. Periodicidade: Mensal. Existem outros (CUB, Sinduscon, etc).

### 2.2.3 Índices de Preços e Custos

Tem por objetivo permitir que o processo de compra de Materiais e Serviços da Instituição se beneficie nas diversas modalidades de contratação, dos Preços Referenciais e dos Custos de Serviços.

Com ampla estrutura de coleta de dados econômicos em todas as regiões do Brasil e expertise no mapeamento da estrutura de contas de setores e atividades,

a FGV e o IBGE desenvolvem indicadores de preços para acompanhamento da evolução dos custos dos insumos de diferentes atividades e/ou setores, tais como obras e serviços de engenharia, alimentação hospitalar, vigilância e segurança, limpeza, higiene, lavanderia e Construção Civil - SINAPI/IBGE, etc. Essas informações permitem balizar contratos de prestação de serviços e especificações técnicas em editais de licitações.

## 2.3 MOEDAS

Com o Plano Real, nossa moeda passou a ter curso forçado no país. Por esse motivo, a regra é a vedação à circulação e utilização de moeda estrangeira, mas há diversas exceções, e com isso, contratos que tenham insumos importados poderão ser reajustados com a variação de preços das moedas (Lei 9069/95).

### 2.3.1 Taxa de Cambio

É o preço de cada uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra moeda.

Segundo Fortuna (2005), a taxa de cambio é a relação de valor entre duas moedas, ou seja, corresponde ao preço da moeda de um determinado país em relação a outra de outro país.

## 2.4. CONCLUSÃO

Concluindo, vimos que os índices são produzidos e divulgados com regularidade mensal, semanal, e mesmo diária; são expressos em valores nominais, reais ou com variações percentuais, números, índices, índices acumulados, taxas de variação ao longo do tempo (mês anterior ou há doze meses), dentre outros Jannuzzi (2009).

Por outro lado, constatamos que conhecer as fontes, significados e usos desses dados e indicadores econômicos, assim como as limitações dos mesmos, são de extrema valia para que o gestor público possa escolher o índice mais adequado para cada contrato.

Por fim, constatou-se também, que os indicadores econômico-financeiros são os mecanismos mais adequados para atualizar, renegociar os preços dos diversos tipos de contratos, além de servirem de referência de preços, devem retratar a variação dos custos de produção e utilizar-se de: índices específicos ou setoriais publicados em revistas especializadas ou Institutos de Pesquisas de reconhecimento nacional com ampla divulgação e acesso irrestrito às informações.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo visa apresentar os aspectos metodológicos do trabalho, que serviram de suporte para atingir os objetivos propostos.

#### **3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO**

O estudo realizado compreende a natureza qualitativa, caráter exploratório, representado por um Estudo de Caso. Em que se utilizou da entrevista não-estruturada para a coleta de dados primários, e foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental como fonte de dados secundários.

#### **3.2 PESQUISA QUALITATIVA**

A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal interpretar o fenômeno que observa.

#### **3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

A coleta de informações partiu de fontes de dados secundários, a revisão da literatura em livros, em periódicos, na internet e intranet, na análise dos documentos de ITAIPU, jornais, artigos científicos, na internet, entre outras fontes bibliográficas. Em seguida os dados primários foram coletados através das entrevistas informais (não-estruturada) com a colaboração dos funcionários envolvidos nos processos elaboração das Condições Econômico-Financeiras.

As entrevistas são uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso, destaca YIN, (2001).

#### **3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

As restrições deste trabalho foram determinadas de forma a simplificar ao máximo as análises, e de forma a representar a uma situação real de maneira aceitável. As restrições estão diretamente associadas por ser uma organização Pública, somado ao prazo para o desenvolvimento do Projeto.



## 4 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo são apresentados a descrição da Itaipu e os resultados do diagnóstico da situação problema, bem como a análise e interpretação dos dados.

### 4.1 DESCRIÇÃO GERAL

A Itaipu Binacional (Figura 1) está localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, 14 km ao Norte da Ponte da Amizade, entre os municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai. Possui sua sede em Foz do Iguaçu, com escritórios em Curitiba, Brasília, Ciudad del Este e Assunção.



Figura 1 - Usina Hidrelétrica de Itaipu - Fonte: Site da Itaipu, 2011

Em 1973, técnicos percorrem o rio de barco em busca do ponto mais indicado para a construção Usina. O local é escolhido após estudos foi um trecho do rio conhecido como Itaipu, que, em tupi, quer dizer "a pedra que canta".

A construção da usina é resultado de intensas negociações entre Brasil e Paraguai, iniciadas ainda na década de 60, que culminaram, em 26 de abril de 1973 com a assinatura do tratado de Itaipu, criando uma empresa pública com regime

jurídico de direito internacional, que determina a divisão de tudo que é gerado em Itaipu entre Brasil e Paraguai.

Em nome do governo brasileiro a Eletrobrás detém 50% de Itaipu e o governo do Paraguai pela Administración Nacional de Electricidad (Ande) detém os outros 50%. Para cada cargo reservado a um país, há um posto equivalente destinado ao outro país.

A atividade da maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia é a geração de energia elétrica (Figura 2). Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece 16,4% da energia consumida no Brasil e abastece 71,3% do consumo paraguaio. O recorde histórico de produção de energia ocorreu em 2008, com a geração de 94.684.781 megawatts-hora (MWh).



Figura 2 - Produção de Energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu - Fonte: Relatório Anual 2010 - Site da Itaipu, 2011

Quanto aos aspectos financeiros o faturamento econômico do ano de 2010 atingiu o montante de US\$ 3.450.547,00 de dólares americanos (três bilhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta e sete dólares norte americanos).

A Itaipu Binacional ampliou sua missão, investindo no meio ambiente, na educação, na saúde, no turismo, no desenvolvimento de veículos elétricos, implantação e manutenção do PTI (Parque Tecnológico Itaipu), e recentemente transferiu propriedades e apoio para implantação da Escola Técnica Federal e Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Missão da Organização: gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai.

Razão Social: Itaipu Binacional - CNPJ: 00.395.988/0012-98

Endereço: Av. Presidente Tancredo Neves, 6.731

Cidade: Foz do Iguaçu – Paraná - Telefone: (045) 3520-5252

Mercado Atendido: Brasil e Paraguai

Quadro Funcional<sup>1</sup>: 3.342 empregados, sendo 1.475 no Brasil e 1.867 Paraguaio.

Sua estrutura organizacional nos níveis mais altos é compartilhada por Brasileiros e Paraguaio, conforme organograma a seguir:

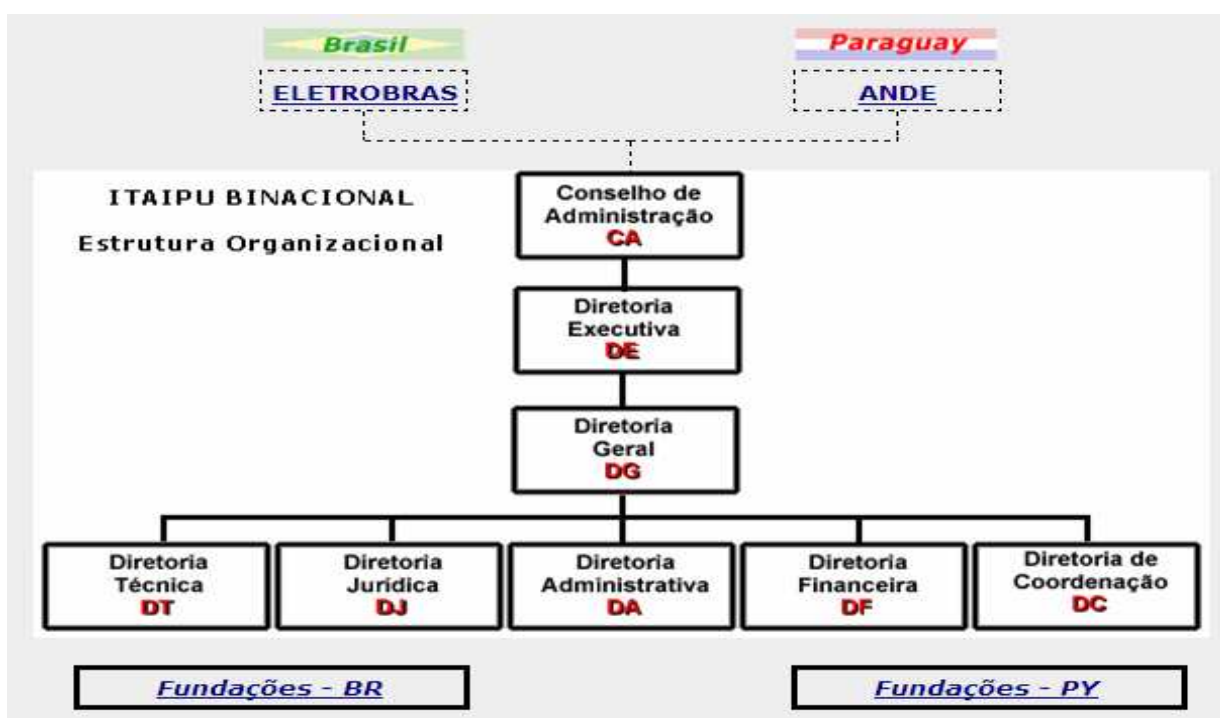


Figura 3 - Organograma Geral - Fonte: intranet da Itaipu Binacional, 2011(1)

Estruturalmente, a AFCA.DF é subordinada ao Departamento de Controle de Contratos/Superintendência de Administração Financeira que por sua vez está subordinada a Diretoria Financeira que é subordinada a Diretoria Geral, conforme indicado no organograma geral na figura acima.

Por outro lado, existem dois departamentos na Superintendência de Administração Financeira, demonstrado na (Figura 4). O quadro funcional da Divisão de Análise de Contratos é composto por 7 (sete) colaboradores.

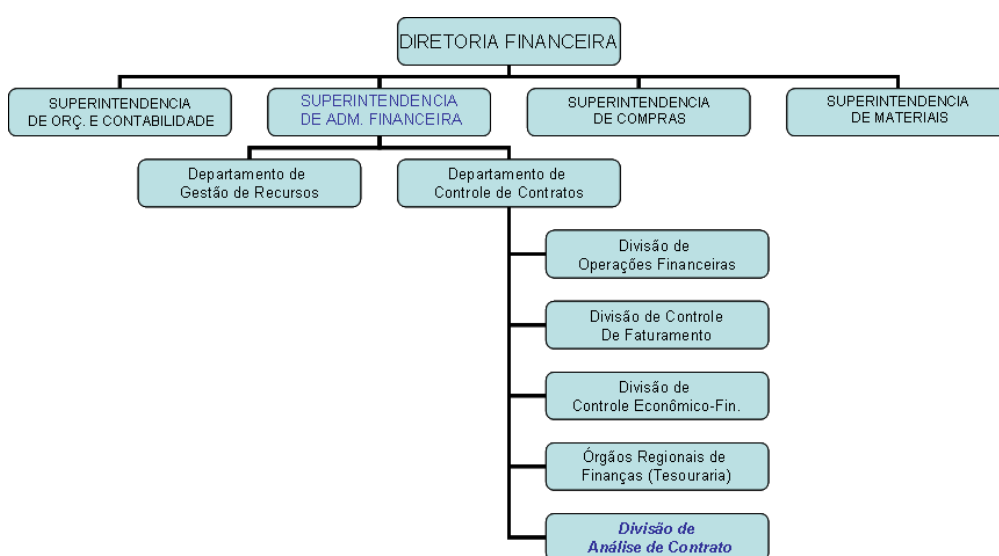


Figura 4 - Organograma da Diretoria Financeira - Fonte: intranet da Itaipu Binacional, organograma desenvolvido pelo autor - Atualizado até maio de 2011.

O governo brasileiro foi o responsável pela obtenção de recursos para a obra, cuja dívida terminará de ser paga em 2023. As obras de construção civil da Itaipu foram realizadas pelos dois países, e é um marco para o setor elétrico dos dois países. Desde 1985, a Itaipu paga royalties pelo aproveitamento dos recursos hídricos pertencentes aos dois países, conforme o anexo C do Tratado. No lado brasileiro, os recursos beneficiam 16 municípios, sendo 15 do Estado do Paraná e um no Mato Grosso do Sul.

## 4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

### 4.2.1 Avaliação da organização em relação aos aspectos legais descritos na revisão teórico-empírica

Analisando os aspectos legais percebe-se que as duas leis regulamentadoras (8.666/93 – licitações) e (10.192/2001-Plano Real) que balizam a legalidade para as contratações realizadas em Organizações Públicas e a NGL, são utilizados como parâmetros para elaboração das Fórmulas de Atualização dos Preços, principalmente nos aspectos relacionados ao critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, na data-base e periodicidade do reajustamento de preços,

Os termos “índices específicos ou setoriais” mencionados na Lei 8.666/93 – Licitações - estão mais bem esclarecidos na NGL – Norma Geral de Licitações de Itaipu, “a composição das fórmulas de reajuste de preços deverá refletir a variação dos custos gerais e dos insumos de fabricação ou de execução do serviço, utilizando-se sempre que possível os índices de preços setoriais publicados em revistas especializadas ou Institutos de Pesquisas de reconhecimento nacional com ampla divulgação e acesso irrestrito às informações.”

Quanto aos prazos para os contratos sejam reajustados com prazo de execução do fornecimento ou da prestação de serviços superior a 12 (doze) meses, a NGL em seu IP 04 - Condições Econômico-Financeiras “anexo I – Reajuste de Preços”, prevê que serão aplicáveis nos Contratos

Por outro lado, a lei 8.666/93, em seus artigos 40, inc. XI, dentre outros, prevê o reajustamento de preços, e no inc. III, do seu art. 55, estabelece que, é cláusula necessária em todo contrato.

Contudo, o art. 2º da lei 10.192/2001 - Complementar ao Plano Real, é admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

Analisando a legislação, constatou-se que ela não estabelece um índice específico. Dando com isso, liberdade para a organização e o mercado escolher um índice que melhor reflita a expectativa de inflação e a variação dos custos dos insumos a serem utilizados no objeto a ser contratado.

#### 4.2.2 Resultados do levantamento dos indicadores e fontes utilizados pela Itaipu

O início do processo acontece com a Requisição de Compras, pelas diversas áreas da entidade, em seguida, após o processamento do pedido pela Superintendência de Compras, ela define o mercado e a modalidade da licitação e solicita por meio do sistema integrado a elaboração das Condições Econômico-Financeira para a Divisão de Análise de Contratos.

Em seguida a Divisão de Análise de Contratos, baseado na Requisição de Compras e seus anexos (Especificação Técnica, Orçamento Estimado, etc.), constante no sistema SAP (ERP), estabelece os critérios de Reajuste de Preços (fórmula com os percentuais de cada insumo) que são encaminhados para aprovação dos gestores solicitantes, com os demais itens constantes nas Condições Econômico-Financeiras.

##### 4.2.2.1 Como a ITAIPU escolhe dos indicadores mais adequados

Constatamos que a organização se baseia nas diretrizes e fórmulas paramétricas constante, no (anexo I) Reajustes de Preços da NGL.

Observou-se que a Divisão de Análise de Contratos ao receber a solicitação para elaboração das Condições Econômico-Financeiras, primeiramente faz uma pesquisa nas contratações já efetuadas pela própria entidade e eventualmente em outras concessionárias do grupo Eletrobrás.

Posteriormente, efetua uma análise do Orçamento Estimado para verificar a composição de custos. Contudo, constatamos que em muitos processos, não existem o detalhamento dos insumos, ou seja: o orçamento é feito somente pelo preço global.

Em seguida efetuam-se uma consulta dos indicadores Monetários, Setoriais e Gerais de Preços e Custos, constantes na Revista Conjuntura Econômica da FGV (anexo II), que também contempla, outros índices Gerais de Preços de Outros institutos (IBGE, FIPE, etc.)

Contudo, ficou evidenciado, que existe uma grande variedade e quantidade de indicadores e Fontes. Porém, não atende plenamente todas as necessidades da Itaipu, principalmente os índices específicos de Custos. Após a composição de pesos e elaboração da minuta das Condições Econômico-Financeiras esta é encaminhada para o Gestor fazer a aprovação.

Observou-se que a empresa adota como padrão, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor para corrigir os insumos, referente à Mão de Obra nos contratos de Prestação de Serviços. Constatou-se que há muitos questionamentos de pedidos de revisão e até mesmo rescisão de contratos em andamento, devido à elevação de custos dos insumos muito além da variação dos índices definidos pela Itaipu.

Verificou-se também, que existem muitos contratos com prazos inferiores a um ano, que por motivos operacionais, de tempo, etc., acabam ultrapassando o prazo inicial, atingindo período superior a um ano, gerando com isso, direitos de reajustes de preços.

#### Utilização de Índices e Moedas estrangeiras

Com a Globalização muitas empresas passaram a utilizar insumos importados para produzir seus produtos. Contudo, identificou-se que a Itaipu normalmente não adota indexadores estrangeiros para fazer a atualização dos Preços e Custos. Salvo, quando o fornecedor é estrangeiro, limitando-se a fazer os pagamentos na moeda do País de origem.

Com isso, constatamos que houve inúmeros casos de desequilíbrios de contratos onde o fornecedor solicitou recomposição dos seus preços ou desistiu do fornecimento.

#### 4.2.2.2 Periodicidade de Reajuste

A Lei 10.192/2001 - Plano Real fixou reajuste de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

Verificamos que a organização utiliza reajustes para contratações acima de um ano, conforme também previsto em suas normas.

Contudo, ficou constatado que, especialmente na modalidade de Registro de Preços, muitos fornecedores interrompem o fornecimento ou a prestação de serviços, quando existe uma expressiva variação de preços ou custos, não aceitando ficar com este ônus.

#### 4.2.3 Escolha dos indicadores mais adequados

De acordo com Jannuzzi (2009) existem vários índices de preços computados regularmente no país, além dos produzidos pelo IBGE, como aqueles produzidos pela FGV, FIPE/USP e DIEESE, dentre outros, cujo tratamento metodológico é muito semelhante.

Diante disso, destacamos no quadro a seguir, os principais índices, respectivos períodos de coletas, o responsável pelo cálculo e a melhor aplicação ou usos dos mesmos. Antonik e Veiga (2004).

<b>Índice</b>	<b>Nome</b>	<b>Fonte</b>	<b>Período</b>	<b>Locais</b>	<b>Renda</b>	<b>Usos</b>
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços – Disponibilidade	FGV	De 1 a 30 de cada mês	Dez principais regiões	1 - 33	Contratos, análises empresariais, uso geral



	Interna					
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços de Mercado	FGV	Do dia 20 do mês a 20 do mês seguinte	Dez principais regiões	1 - 33	Área Financeira, Bolsas de Valores, Bancos, Financeiras, contratos aluguel, uso geral
<b>IPA</b>	Índice de Preços ao Atacado	FGV	1 a 30	Dez principais regiões	NA	Contratos Empresarias no Atacado e análises econômico-financeiras nas empresas
<b>IPC</b>	Índice de Preços ao Consumidor	FGV	1 a 30	Dez principais regiões	1 - 33	Negociações salariais, evolução das tarifas (energia, água etc.) e dos preços em supermercados etc.; Cálculo do IGP-DI.
<b>INCC</b>	Índice Nacional de Preços da Construção Civil	FGV	1 a 30	Seis principais capitais	NA	Contratos da construção civil e cálculo do IGP-DI

<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	IBGE	1 a 30	Onze principais capitais	1 – 8	Contratos, salários, e Análises referentes à população em geral.
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	IBGE	1 a 30	Onze principais capitais	1 - 40	Contratos, salários é Indicador geral para a classe baixa, média e alta, É o índice oficial de inflação no Brasil, desde 1980
<b>IPC</b>	Índice de Preços ao Consumidor	FIPE - Instituto de Pesquisas Economicas da Universidade de São Paulo	1 a 30	São Paulo SP	1 – 20	Uso geral para análises de interesse dos consumidores, pelas classes baixa e média em São Paulo SP.
<b>ICV</b>	Índice do Custo de Vida	DIEESE - Departamento Intersindi	1 a 30	São Paulo SP	1 – 30	Usado pelos sindicatos dos trabalhadores para Contratos

		cal de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos				de Trabalho.
<b>CUB</b>	Custo Unitário Básico	SINDUS CON	DE 26 DE UM MÊS A 25 DO OUTRO	Estados Brasileiros	NA	CONTRATOS IMOBILIÁRIOS
<b>TR</b>	Taxa referencial de juros	Banco Central do Brasil	Diária	NA	NA	Usado para corrigir a poupança e em outras situações definidas por lei, é usado como correção monetária
<b>MOEDA</b>	Variação Cambial	Banco Central do Brasil	Diária	Brasil	NA	Usado para Corrigir Contratos que tenham insumos importados
<b>IPC INTL</b>	Índice de Preços ao Consumidor	Banco Central do Brasil	Mensal	Internacional	NA	Usado para Corrigir Contratos que tenham insumos importados

<b>SM</b>	Salário Mínimo	Governo Federal	NA	NA	NA	Salário mínimo oficial no Brasil
-----------	-------------------	--------------------	----	----	----	-------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor

**Legenda: Período** = período em que são realizadas as coletas dos preços para o cálculo do índice

**Locais** = locais onde os preços são coletados

**Renda** = faixa de renda abrangida pela Cesta Básica em SM (salários mínimos)

**NA** = não se aplica.

Por fim, ficou evidenciado que a escolha dos índices para o reajuste dos contratos exige que seja um índice legalmente permitido e que busca refletir a variação dos custos gerais e dos insumos de fabricação ou de execução do serviço e tenha como fonte legalmente reconhecida e com abrangência nacional. Contudo, não existe uma fórmula pronta, cabe a organização interpretar a composição de custos e montar a fórmula com a participação dos insumos que compõe o preço final do objeto a ser contratado. Contudo, nem sempre é possível, devido á falta em muitos casos, de um orçamento detalhado e a inexistência de uma fonte de índices específicos.

## 5 PROPOSTA

Neste capítulo são apresentados o desenvolvimento da proposta, bem como o plano de implantação, os recursos que serão utilizados, os resultados esperados, além dos riscos ou problemas esperados e possíveis medidas preventivo-corretivas.

### 5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Todo o esforço no desenvolvimento deste estudo possibilitou identificar a necessidade de construção de algumas propostas de melhorias, que auxiliará nas futuras contratações, Pode-se dizer que ele ajudará na otimização do tempo, e na eficácia nos procedimentos diminuindo os retrabalhos consideravelmente.

#### 5.1.1 Mudanças Organizacionais

Para Bergue (2010), a mudança organizacional é um processo complexo e representa aperfeiçoamentos nos processos operacionais. Estes percorrem caminhos tortuosos e lentos devido ao rearranjo de forças implicarem em um conflito entre interesses aparentes e ocultos.

Fica claro que qualquer mudança, pode gerar aumento de competitividade. Contudo, as organizações têm que estar preparados para enfrentar resistências internas.

Segundo Silva e Vargara (2003), a resistência constitui uma das principais barreiras à mudança nas organizações. Conseqüentemente, qualquer projeto de implantação de um sistema de informações proporcionará mudança organizacional, que trará reflexos na forma de operação da organização.

Diante disso, para que os projetos tenham sucesso, propõe-se uma estratégia de implantação, com um plano de redução das resistências, que será descrito na etapa Plano de Implantação.

#### 5.1.2 Procedimentos, Sistemas, Métodos e Técnicas a serem Implantados

Quanto mais perfeita e detalhada for a composição do orçamento estimado, discriminando os custos e insumos, menor serão as possíveis distorções na utilização de pesos e seleção dos índices para formação do preço final dos bens e serviços e conseqüentemente mais exata será as fórmulas de reajustes de preços.

Considerando o tamanho da organização e sua complexidade de suas operações e o sistema atual de informações, estamos propondo as seguintes propostas de melhorias:

a) Ampliar o sistema de informações através da implantação de um sistema de informações de índices de custos, visando disponibilizar índices específicos do setor que a organização esta inserida;

b) Exigir de forma explicita em todos os processos a ser licitado, os gestores apresentem planilhas de preços detalhadas, discriminando todos os insumos e respectivos percentuais na formação do preço final.

c) Atualização das Instruções de Procedimentos IP-04, Condições Econômico-Financeiras (anexo I) – “Reajuste de Preços” incluindo a previsão de reajustes para contratos com prazos inferiores a um ano. Evitando discussões, quando houver, elevação expressiva nos custos ou atrasos operacionais, de tempo, etc., que ultrapasse o prazo de 12 meses entre a data da proposta e fato gerador.

## 5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Esta etapa é aquela que se coloca o sistema em operação, segundo Souza (2000), as etapas para se fazer uma implantação de um sistema de informações são as seguintes:

a) Decisão e Seleção: nesta etapa a organização escolhe um sistema com base em pré-requisitos previamente definidos;

b) Implantação: é a etapa em que o sistema é colocado em funcionamento;

c) Utilização do Sistema: é quando o sistema passa a fazer parte do dia a dia da organização.

Assim, para que o projeto tenha êxito, Segundo Granja (2010) a primeira fase, começa com uma reunião inicial com as pessoas envolvidas em seu desenvolvimento;

A segunda fase consiste, em analisar se o projeto proposto é viável.

A terceira fase do projeto consiste em aprová-lo, neste caso, pela gerencia da Divisão de Análise de Contrato, que seria o patrocinador do sistema, ou seja; o Gestor do projeto.

### 5.2.1 Estratégias de Implantação

Anteriormente, foram expostos que qualquer mudança organizacional existe as resistências as mudanças. Diante disso, descrevemos as seguir as seguintes estratégias para se obter sucesso na implantação;

a) Comprometimento da alta direção:

Segundo Oliveira e Ramos (2002), este é um item de sucesso e deve ser apoiado desde a escolha do sistema até execução dos processos;

b) Plano de Redução de Resistências Organizacionais:

Qualquer implantação representa um processo de transformação, perturbação, interrupção, novos caminhos e novas soluções. Com isso, se faz necessário a execução de um plano de redução de resistências através de envolvimento dos interessados e uma ampla divulgação junto á organização.

Segundo, Robbins (2005), quando os indivíduos se defrontam com uma mudança, a tendência é responder de acordo com os costumes, e acaba se transforma em fonte de resistência.

Segundo Bergue (2010), as resistências as mudanças poderão ser minimizadas ou suprimidas através das seguintes estratégias e ações:

- Formalização dos conteúdos;
- Transparências das ações;
- Ações planejadas;

- Estabelecimento de canais de *feedback*;
- Qualificação e o envolvimento dos atores envolvidos;
- Processo de comunicação.

Por fim, segundo KUNSCH (2003), a comunicação tem muito a ver com a integração entre os diferentes setores.

### 5.2.2 Atribuições e Responsabilidades pela Implantação.

A etapa de implantação é aquela que se coloca o sistema em funcionamento.

Segundo Granja (2010), os projetos precisam de pessoas que consigam trabalhar em equipes.

Diante disso, para que o sistema seja implantado com sucesso, faz-se necessário o comprometimento por parte dos empregados da Divisão de Análise de Contratos, além do monitoramento por parte do gerente da área.

Por fim, o gestor do projeto deve também estar preparado para o encerramento do projeto, ou seja; encerrar o contrato, desmobilização de diversos recursos, etc..

#### 5.2.2.1 Forma de Monitoramento

Quem não mede, não gerencia e que, segundo Granja (2010), não basta projetar, precisamos saber se o projeto está dando certo. Com isso, é imprescindível o seu acompanhamento através do gestor do projeto, tanto dos indicadores quantitativos, quanto dos qualitativos.

Diante disso, a forma de monitoramento será através de indicadores de metas baseados no cronograma físico-financeiro (anexo III) de cada projeto proposto para este trabalho mediante reuniões periódicas com a equipe ou parte dela.

O Cronograma Físico-Financeiro deve ser emitido pelo Gestor Para fins de padronização é desejável elaborar uma planilha do Excel com o cronograma físico, contendo as datas previstas para execução das atividades, essa planilha servirá de



base para que o Gestor do Projeto apresente os respectivos custos, constituindo assim o cronograma físico-financeiro;

Ainda segundo Granja (2010), as metas estabelecidas no projeto definirão a natureza dos indicadores, onde estaremos descrevendo no item Resultados Esperados.

### 5.3 RECURSOS

Os recursos estimados para este trabalho serão exclusivamente financeiros já que a empresa dispõe de estrutura física e de Recursos Humanos, materiais e instalações.

Os recursos financeiros estimados para contratação do sistema de informações (específico) estão orçados em R\$ 15.000,00 anuais, além de mais R\$ 10.000,00 para o treinamento dos funcionários.

### 5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Segundo Granja (2010), não basta projetar, é preciso saber se o projeto está dando certo ou se deu certo e quando terminou.

Diante disso, os resultados esperados serão acompanhados através de metas e indicadores quantitativos e qualitativos, expressos em unidades de medidas através de avaliação do grau de desempenho pelos seguintes indicadores:

1. Indicador Financeiro (Custo), ou seja; acompanhamento da execução orçamentária (previsto x realizado);
2. Indicador de Prazo do projeto, baseado no cronograma físico-financeiro;
3. Indicador de Qualidade do projeto;
4. Indicador dos Riscos do Projeto;
5. Indicador de motivação dos funcionários envolvidos.

## 5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

São fatores internos e externos ao projeto que afetam o prazo, qualidade, custo, implantação, segurança pessoal e patrimonial.

### 5.5.1 Riscos ou Problemas esperados

Nesta etapa, serão feitas as análises de viabilidade: Legal/Jurídica, técnica, econômica (material, equipamentos, etc.), ecológica/ambiental, social, administrativa (recursos humanos), limitação de recursos (orçamento), de probabilidade de êxito, de medidas políticas governamentais e de relação de custo-benefício.

### 5.5.2 Medidas Preventivo-Corretivas

As escolhas identificam as possíveis soluções alternativas para o projeto e também as causas dos problemas, são importantes manter registrados as diversas alternativas para fazer frente a futuros questionamentos do por que essa ou aquela alternativa foi ou não a escolhida.

## 6 CONCLUSÃO

Neste capítulo são apresentados o um resumo do conteúdo deste trabalho, bem como, as recomendações para dar continuidade a este projeto.

### 6.1 CONCLUSÕES

Devido às dificuldades para elaboração das fórmulas de reajustes e muitos questionamentos nos últimos processos de Licitações, este trabalho buscou respostas para este problema.

Como conclusão, após fazer a revisão teórico-empírica da legislação vigente e um levantamento dos principais índices de preços e custos dos maiores institutos do País. Verificou-se que os indicadores são construídos com base de dados de diferentes naturezas e diversos institutos.

Alem disso, pode-se constatar que é de suma importância conhecer as características, usos, significados e limitações de cada índice para que possamos construir fórmulas consistentes e mais justas.

Percebeu-se também, que entre essas pesquisas divulgadas destacam-se os índices gerais de preços, que tem como base de coleta de dados as principais capitais e regiões metropolitanas do Brasil, e são produzidos pelo IBGE e FGV.

Outro aspecto a ser destacado, é que são disponibilizados gratuitamente com freqüência nos jornais, televisão, internet, etc.. Contudo, os índices específicos (setoriais e de custos) geralmente são pagos.

Quanto aos aspectos legais, comprovou-se que existe uma sincronia entre as diretrizes internas e externas. Contudo, após levantamento dos processos junto com os funcionários envolvidos na elaboração das Condições Econômico-Financeiras, onde são inseridas as fórmulas de Reajustes de Preços, percebeu-se que os índices disponíveis não atendiam plenamente as necessidades.

Diante deste contexto, um sistema com índices específicos, se bem empregados, pode evitar problemas futuros, tais como: atrasos nas licitações, pleitos de desequilíbrios de contratos, etc.

Evidenciou-se também, que não existe uma fórmula pronta, cabendo a organização interpretar a composição de custos e montar a fórmula com a participação dos insumos que compõe o preço final do objeto a ser contratado. Contudo, nem sempre é possível, devido às seguintes dificuldades para elaboração das fórmulas de reajustes:

- a) Falta de Orçamento detalhado;
- b) Falta de planilha de Custo/Preços;
- c) Inexistência de Fontes de índices específicos de Custos.

Diante disso, foi apresentado, como solução para o problema, a implantação de um sistema de informações que contempla as necessidades apontadas na etapa do diagnóstico organizacional.

No entanto, por se tratar de uma organização Pública, onde existem alguns obstáculos administrativos e limitações legais (prazo para a seleção do sistema, aprovação e inclusão orçamentária), foram propostas algumas estratégias para se obter sucesso do projeto, desde a seleção do sistema e decisão de compra, até o processo de implantação.

Assim, foram propostos também, sugestões para aprimorar o processo que é utilizado como base para elaborar os critérios de Reajustes de Preços.

Conclui-se a partir da revisão teórico-empírica e das entrevistas, que as propostas de melhorias na Divisão de Análise de Contratos vão trazer subsídios e mecanismos para balizar melhores escolhas dos critérios de Reajustes, garantindo com isso, maior eficiência e economicidade no uso dos Recursos Públicos.

## 6.2 RECOMENDAÇÕES

O trabalho possibilitou identificar algumas oportunidades para novos estudos, entre os quais descremos a seguir:

- Selecionar um sistema de informações para índices específicos junto aos Fornecedores.
- Atualizar as Instruções de Procedimentos pertinentes ao processo analisado.
- Criar instruções de Procedimentos para solicitações de recomposição de Preços (Desequilíbrio de Contratos).

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE:

Metodologia de Índices de Preços: <<http://www.fipe.com.br/web/index.asp>>. Acesso em: 25 mai. 2011

ANTONIK, Luis Roberto e VEIGA, Daniel R. de Carvalho. Taxas de Inflação e Índices de Preços: uma abordagem pratica. FAE Inteligentia. Disponível em: <[www.fae.edu/inteligentia/principal/](http://www.fae.edu/inteligentia/principal/)>, 2004. Acesso em: 15 de jun. de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: Metodologia Índices de Preços: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2011

BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e Mudança Organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

DIEESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS: Metodologia Índices de Preços: Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro e Serviços**. 16.a Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Metodologia Índices de Preços: Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. **Elaboração e Avaliação de Projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

<<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageld=402880811D8E34B9011D9CCC6A177934&contentId=40288081229A67AB0122A3D6F65C441F>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Metodologia Índices de Preços: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. 11ª Ed, São Paulo: Malheiros, 1996.

Metodologia Índices de Preços: Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo A.: RAMOS, Anatólia S. M. **Fatores de sucesso na implementação de Sistemas Integrados (ERP)**. Estudo de Caso em uma média empresa. In: XXII ENEGEP. Curitiba: CD-ROM, 2002.

PAULA, A. Alexandre. Processo de Contratação de Serviços Técnicos Especializados na Superintendência de Engenharia- Itaipu Binacional, TCC. Unioeste, Foz do Iguaçu, Paraná: 2010.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Metodologia Índices de Preços: Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92CC23104342>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SOUZA, César Alexandre. **Sistemas Integrados de Gestão Empresarial**: Estudos de Casos de Implantação de Sistemas ERP. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

### **Referências às leis e Normas**

BRASIL. Lei Ordinária nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8.666cons.htm>>. Acesso: 10 jun. 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 10.192/2001 – Plano Real. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10192.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10192.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2011.

ITAIPU. Normal Geral de Licitação. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/fornecedores/norma-geral-de-licitacao>>. Acesso em: 11 jun. 2011.



**ANEXOS**

Anexo I - IP 04 - Condições Econômico-Financeiras “anexo I – Reajuste de Preços”

Anexo II – Índices Econômicos: Revista Conjuntura Econômica – FGV

Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro

---

**INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS**

**CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**

**IP - 04**

## **INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS**

### **CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS – CEF**

#### **IP - 04**

- 1. APRESENTAÇÃO E FINALIDADE**
  
- 2. PROCEDIMENTOS**
  - 2.1 PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E DATA-BASE ECONÔMICA**
  
  - 2.2 GARANTIAS FINANCEIRAS**
  
  - 2.3 PENALIDADES E VALOR DAS MULTAS**
  
- 3. ANEXOS**

## **INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS**

### **CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS – CEF**

#### **IP - 04**

#### **1. APRESENTAÇÃO E FINALIDADE**

A presente Instrução de Procedimentos é emitida em conformidade com o disposto no art. 69, § 2º, da Norma Geral de Licitação (NGL) e tem por finalidade regulamentar os procedimentos para a elaboração das condições econômico-financeiras nos Instrumentos Convocatórios de Licitações e/ou Instrumentos Contratuais da Entidade.

##### **1.1 CONCEITO**

A definição das condições econômico-financeiras a serem adotadas nas contratações da ITAIPU compreende os critérios para a fixação de preços e sua data-base econômica, condições de pagamento e de reajuste de preços, garantias financeiras, das penalidades e do valor das multas aplicáveis.

#### **2. PROCEDIMENTOS**

##### **2.1 PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E DATA-BASE ECONÔMICA**

###### **2.1.1 Mercado**

A Superintendência de Compras deverá informar à Superintendência de Administração Financeira os mercados que poderão participar da licitação para aquisição ou da alienação, bem como, a forma de apresentação das empresas proponentes (isoladas, consórcios nacionais, consórcios binacionais ou, obrigatoriedade de consórcios binacionais), de acordo com as características de cada licitação ou alienação.

A Superintendência de Compras deverá informar, também, à Superintendência de Administração Financeira os instrumentos contratuais (Ordem de Compra – OC, Ordem de Importação - OI, Contrato – CT ou Autorização de Serviço – AS) ou Convênio a serem utilizados.

## 2.1.2 Moeda de Pagamento

A moeda de pagamento deverá ser definida visando a compatibilização com a legislação do país onde a contratada estiver estabelecida.

## 2.1.3 Preços

### 2.1.3.1 Preços Propostos

Nos preços deverão estar incluídos todas as obrigações e encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, enfim todos os custos incorríveis no fornecimento, não cabendo à ITAIPU nenhuma despesa adicional, seja a que título for, salvo as despesas reembolsáveis ou pagas diretamente aos fornecedores, quando aplicável.

### 2.1.3.2 Planilhas de Preços

As PROPONENTES serão sempre consideradas cientes de que eventuais erros, incorreções ou enganos na formulação dos preços são de sua inteira responsabilidade e que alterações posteriores efetuadas por iniciativa das proponentes em suas Planilhas de Preços não serão consideradas.

### 2.1.3.3 Despesas Reembolsáveis

#### 2.1.3.3.1 Despesas Reembolsáveis à Contratada

São despesas cujos valores serão reembolsados à CONTRATADA, mediante a apresentação de comprovantes, sem pagamento de taxa de administração.

Estas despesas deverão ser especificadas precisa e detalhadamente na proposta de preços de forma a permitir à ITAIPU a sua correta identificação.

O pagamento destas despesas pressupõe a prévia autorização e a posterior aprovação por parte da ITAIPU.

2.1.3.3.2 Despesas pagas diretamente aos prestadores de serviços vinculados à contratação

São despesas cujos valores serão pagos diretamente a hotéis, restaurantes, empresas fornecedoras de passagens, transportadoras e demais prestadores de serviços, desde que previsto contratualmente.

Estes serviços deverão ser especificados de forma precisa e detalhada, de forma a permitir à ITAIPU sua correta identificação.

A utilização destes serviços pressupõe a prévia autorização da ITAIPU.

2.1.4 Reajuste de Preços

Os valores dos eventos geradores de faturamento relativo ao objeto contratado poderão ser reajustados conforme periodicidade estabelecida no Anexo I desta Instrução de Procedimentos, tendo por base fórmulas paramétricas que contemplem a variação de índices setoriais de preços, gerais ou específicos, a partir da data-base econômica.

Os índices de preços deverão refletir as variações de custo dos insumos componentes dos preços propostos.

2.1.4.1 Data-base Econômica

Denomina-se data-base econômica aquela estabelecida pela ITAIPU como referência para a formação dos preços da proposta a ser apresentada para fornecimento de um bem ou execução de determinado serviço, conforme detalhado no Anexo I desta Instrução de Procedimentos.

## **ANEXO I**

### **REAJUSTE DE PREÇOS**

#### **1. APRESENTAÇÃO E FINALIDADE**

O presente Anexo I é emitido em conformidade com o disposto no item 2.1.3 da IP - 04 - Instrução de Procedimentos – Condições Econômico-Financeiras e tem por finalidade regulamentar os procedimentos para Reajuste de Preços a serem adotados nos Instrumentos Convocatórios de Licitações e/ou Instrumentos Contratuais da Entidade.

#### **2. PROCEDIMENTOS**

##### **2.1 Aplicabilidade**

Os procedimentos relativos a Reajuste de Preços serão aplicáveis nos PS com prazo de execução do fornecimento ou da prestação de serviços superior a 12 (doze) meses, incluindo o prazo relativo a eventual prorrogação desde que explicitamente mencionada no próprio PS.

##### **2.2 Periodicidade**

A periodicidade de reajuste estabelecida tanto para o Brasil como para o Paraguai é a anual, contada a partir da data-base econômica estabelecida como a data de entrega da proposta comercial para concorrências, tomadas e coletas de preços, bem como para aquisições diretas.

##### **2.3 Fórmulas de Reajuste de Preços**

A composição das fórmulas de reajuste de preços deverá refletir a variação dos custos gerais e dos insumos de fabricação ou de execução do serviço, utilizando-se sempre que possível índices de preços setoriais publicados em revistas especializadas ou Institutos de Pesquisas de reconhecimento nacional com ampla divulgação e acesso irrestrito às informações.

### 2.3.1 Configuração

As fórmulas de reajustamento deverão ter a seguinte configuração:

$$R = P_b \left[ \left( 0, (x) \frac{(y)_i}{(y)_o} + 0, (x) \frac{(y)_i}{(y)_o} + \dots \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = Reajuste da parcela em liberação

P<sub>b</sub> = Valor básico da parcela em liberação

i = O(s) índice(s) de ordem "i", refere(m)-se ao 12º (décimo segundo) mês, 24º (vigésimo quarto) e assim sucessivamente, contado(s) a partir da data-base econômica.

(#) No caso de indisponibilidade do(s) índice(s) de ordem "i", será adotado o último índice publicado, com recálculo do reajuste quando da disponibilidade dos índices definitivos.

o = O(s) índice(s) de ordem "o", refere(m)-se ao mês da data-base econômica.

x = Percentual de participação do insumo cuja soma totaliza 1 (um).

y = Índice(s) de Preço(s) a ser(em) adotado(s).

### 2.3.2 Principais Índices de Preços adotados no Brasil

- Índice da Coluna 02 - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - publicado pela Revista Conjuntura Econômica da FGV.
- Índice da Coluna 13 - Máquinas, Veículos e Equipamentos - Total - Preços por Atacado - Disponibilidade Interna - Bens de Produção - publicado pela Revista Conjuntura Econômica da FGV.



## Índices gerais – base: ago. 94 = 100

Período	Índice Geral de Preços		Índice de Preços ao Produtor Amplo <sup>2</sup>	
	Oferta Global	Disponibilidade Interna	Oferta Global	Disponibilidade Interna <sup>1</sup>
	161392* - Col. 1	161384 - Col. 2	1006801 - Col. 3	1004780 - Col. 4
2010 Dez.	438,228	443,427	477,927	486,591
2011 Jan.	442,516	447,764	482,520	491,267
Fev.	446,734	452,047	488,451	497,305
Mar.	449,461	454,805	491,395	500,302
Abr.	451,702	457,059	492,597	501,525
Mai.	451,767	457,090	489,506	498,378

## Índices gerais – base: ago. 94 = 100

Período	Preços ao Consumidor Brasil (total - média geral)	Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) (total - média geral)	IGP-M	IGP-10
	201467 - Col. 5	160868 - Col. 6	200045 - Col. 7	209425 - Col. 8
2010 Dez.	353,652	453,766	450,301	458,304
2011 Jan.	358,141	455,619	453,875	460,569
Fev.	359,906	456,917	458,397	465,308
Mar.	362,450	458,887	461,249	469,204
Abr.	365,890	463,766	463,311	471,813
Mai.	367,742	477,405	465,311	474,416

Índice de preços ao produtor amplo<sup>2</sup> – Origem (IPA-OG) - Brasil - base: ago. 94 = 100

Período	Produtos Agropecuários	Produtos Industriais		
		Total	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
	1006802 - Col. 9	1006806 - Col. 10	1006807 - Col. 11	1006811 - Col. 12
2010 Dez.	629,689	422,436	813,149	409,796
2011 Jan.	641,630	425,070	841,543	411,503
Fev.	658,311	428,166	859,837	414,057
Mar.	665,431	429,983	857,558	416,030
Abr.	661,037	432,492	882,960	417,715
Mai.	639,974	433,872	957,164	416,451

\*Nota: Código referente à série do site [www.portal.ibre.fgv.br](http://www.portal.ibre.fgv.br). <sup>1</sup>Número de série alterado de 161570 para 1004780 não havendo alterações nos valores, série histórica a partir de agosto de 1994. <sup>2</sup>O IPA - Índice de Preços ao Produtor Amplo era denominado IPA - Índice de Preços por Atacado até a referência de março de 2010.

**Índice de preços ao produtor amplo<sup>1</sup> – Origem (IPA-OG) – Brasil – base: dez. 07 = 100**

Período	Produtos Agropecuários			Produtos Industriais		
	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Pecuária	Indústria Extrativa		
				Carvão Mineral	Minerais Metálicos	Minerais Não Metálicos
	1006803 - Col. 13	1006804 - Col. 14	1006805 - Col. 15	1006808 - Col. 16	1006809 - Col. 17	1006810 - Col. 18
2010 Dez.	125,123	121,918	120,589	124,961	205,693	143,777
2011 Jan.	129,049	130,919	118,459	124,961	213,481	143,777
Fev.	132,197	140,604	119,762	124,961	218,462	144,130
Mar.	132,273	145,617	121,833	126,543	217,804	144,130
Abr.	131,923	138,853	122,197	132,303	224,593	144,694
Mai.	127,714	132,006	119,111	132,303	244,946	144,694

**Índice de preços ao produtor amplo<sup>1</sup> – Origem (IPA-OG) - Brasil - base: dez. 07 = 100**

Período	Indústria de Transformação							
	Produtos Alimentícios e Bebidas	Produtos do Fumo	Produtos Têxteis	Artigos do Vestuário	Couros e Calçados	Produtos de Madeira	Celulose, Papel e Produtos de Papel	Produtos Derivados do Petróleo e Álcool
	1006812 - Col. 19	1006813 - Col. 20	1006814 - Col. 21	1006815 - Col. 22	1006816 - Col. 23	1006817 - Col. 24	1006818 - Col. 25	1006819 - Col. 26
2010 Dez.	130,595	127,690	122,696	112,875	96,181	115,139	108,180	122,089
2011 Jan.	130,467	134,579	128,487	114,485	97,474	115,499	107,892	123,042
Fev.	130,623	135,513	133,406	117,227	97,835	114,701	108,193	123,979
Mar.	129,744	135,513	135,983	117,997	98,563	114,593	108,133	127,163
Abr.	128,498	135,673	136,459	118,955	99,770	115,090	108,251	130,505
Mai.	128,012	131,690	132,640	122,352	100,393	115,695	108,186	127,291

**Índice de preços ao produtor amplo<sup>1</sup> – Origem (IPA-OG) - Brasil - base: dez. 07 = 100**

Período	Indústria de Transformação						
	Produtos Químicos	Artigos de Borracha e de Material Plástico	Produtos de Minerais Não Metálicos	Metalurgia Básica	Produtos de Metal	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática
	1006820 - Col. 27	1006821 - Col. 28	1006822 - Col. 29	1006823 - Col. 30	1006824 - Col. 31	1006825 - Col. 32	1006826 - Col. 33
2010 Dez.	109,955	116,262	119,290	119,595	113,324	108,296	81,096
2011 Jan.	110,068	116,994	119,512	119,297	113,477	108,663	81,267
Fev.	112,551	117,320	120,232	119,263	114,360	108,949	81,560
Mar.	114,507	118,628	121,265	118,728	114,555	109,526	80,812
Abr.	116,389	120,006	122,322	117,780	115,575	109,656	80,171
Mai.	116,450	121,080	122,980	118,350	115,610	109,974	79,442

Nota: <sup>1</sup>O IPA - Índice de Preços ao Produtor Amplo era denominado IPA - Índice de Preços por Atacado até a referência de março de 2010.

Índice de preços ao produtor amplo<sup>1</sup> – Origem (IPA-OG) – produtos industriais – Brasil – base: dez. 07 = 100

Período	Indústria de Transformação				
	Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	Material Eletrônico, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças	Outros Equipamentos de Transporte	Móveis e Artigos de Mobiliário
	1006827 - Col. 34	1006828 - Col. 35	1006829 - Col. 36	1006830 - Col. 37	1006831 - Col. 38
2010 Dez.	106,491	81,674	102,431	102,551	110,711
2011 Jan.	109,566	80,929	102,849	103,600	111,872
Fev.	110,700	79,607	102,989	103,600	112,225
Mar.	110,949	78,262	103,097	103,647	112,875
Abr.	111,914	77,487	103,105	103,647	113,482
Mai.	111,148	76,778	103,123	103,703	114,962

## Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100

Período	Preços ao Consumidor (Custo de Vida)								
	Total	Alimentação			Habitação				
		Total	Gêneros Alimentícios	Alimentação Fora	Total	Aluguel e Encargos	Serviço Público de Residência	Mobiliário	Roupas de Cama, Mesa e Banho
201467 - Col. 5	201475 - Col. 1	204581 - Col. 1A	204598 - Col. 1B	201483 - Col. 2	204601 - Col. 2A	204611 - Col. 2B	204628 - Col. 2C	204636 - Col. 2D	
2010 Dez.	353,652	303,178	298,645	336,801	463,691	589,873	624,608	297,063	188,379
2011 Jan.	358,141	307,300	302,764	340,857	465,269	592,189	625,463	299,362	186,441
Fev.	359,906	307,665	302,751	344,560	467,952	595,970	627,249	304,872	188,847
Mar.	362,450	310,672	305,747	347,594	469,878	598,295	628,903	304,372	190,354
Abr.	365,890	313,909	308,994	350,675	472,090	600,689	631,507	305,557	194,024
Mai.	367,742	315,383	310,421	352,539	476,014	608,167	635,044	308,324	197,580

## Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100

Período	Habitação							
	Eletrodomésticos e Equipamentos			Utensílios Diversos	Artigos de Conservação e Reparo			
	Total	Eletrodomésticos	Equipamentos Eletrônicos		Total	Material		
				Limpeza		Pintura	Hidráulico	
204644 - Col. 2E	204652 - Col. 2EA	204660 - Col. 2EB	204679 - Col. 2F	204687 - Col. 2G	204695 - Col. 2GA	204709 - Col. 2GB	204717 - Col. 2GC	
2010 Dez.	107,980	181,898	56,595	221,592	292,398	298,009	315,373	257,559
2011 Jan.	108,093	182,047	56,696	223,741	294,080	300,091	315,216	257,122
Fev.	108,282	182,649	56,792	222,820	295,216	300,932	317,149	259,531
Mar.	108,012	181,754	56,696	224,664	296,585	302,205	318,821	260,327
Abr.	107,630	181,473	56,428	226,112	298,300	303,641	319,774	263,522
Mai.	108,057	182,205	56,659	226,390	299,801	305,076	320,797	265,353

Nota: <sup>1</sup>O IPA - Índice de Preços ao Produtor Amplo era denominado IPA - Índice de Preços por Atacado até a referência de março de 2010.

**Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Habitação		Vestuário					
	Material Elétrico	Serviços de Residência	Total	Roupas	Calçados	Acessórios do Vestuário	Tecidos e Armarinho	Serviços de Vestuário
	204725 - Col. 2GD	204741 - Col. 2H	201491 - Col. 3	204751 - Col. 3A	204768 - Col. 3B	204776 - Col. 3C	204784 - Col. 3D	204792 - Col. 3E
2010 Dez.	219,210	469,389	165,714	152,547	163,476	221,996	196,341	320,970
2011 Jan.	221,862	471,766	165,518	152,342	163,533	220,928	195,008	321,925
Fev.	223,439	478,907	165,232	151,707	163,713	221,879	195,990	325,047
Mar.	223,790	484,506	166,907	153,604	164,460	223,990	198,233	328,042
Abr.	226,191	489,074	169,141	155,922	166,412	225,285	200,825	331,291
Mai.	225,415	493,718	170,348	157,581	165,819	228,533	201,830	333,269

**Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Saúde e Cuidados Pessoais								
	Total	Serviços de Saúde			Produtos Médicos e Odontológicos				Cuidados Pessoais
		Total	Hospitais e Laboratórios	Médico, Dentista e Outros	Total	Medicamentos	Aparelhos Médicos e Odontológicos	Produtos Farmacêuticos	
	201505 - Col. 4	204806 - Col. 4A	204814 - Col. 4AA	204822 - Col. 4AB	204830 - Col. 4B	204849 - Col. 4BA	204857 - Col. 4BB	204865 - Col. 4BC	204873 - Col. 4C
2010 Dez.	362,591	474,298	274,799	485,211	306,111	321,983	239,622	145,199	267,951
2011 Jan.	364,243	477,723	276,599	488,725	306,398	322,118	240,544	145,803	268,909
Fev.	365,741	480,908	277,885	492,013	307,085	322,612	241,065	149,748	269,487
Mar.	368,233	484,967	279,904	496,183	308,607	323,977	243,479	150,419	271,097
Abr.	372,286	488,371	278,802	499,824	316,222	333,104	244,899	150,476	273,087
Mai.	374,505	491,308	280,431	502,832	319,023	336,447	246,355	147,868	274,190

**Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Educação, Leitura e Recreação							Transporte	
	Total	Educação				Leitura	Recreação	Total	Público
		Total	Cursos Formais	Cursos Não Formais	Material Escolar e Livros em Geral				
	201513 - Col. 5	204881 - Col. 5A	204891 - Col. 5AA	204903 - Col. 5AB	204911 - Col. 5AC	204921 - Col. 5B	204938 - Col. 5C	201521 - Col. 6	204946 - Col. 6A
2010 Dez.	419,277	476,006	546,362	418,848	301,476	360,749	315,532	353,869	581,400
2011 Jan.	436,075	502,540	583,597	427,982	305,509	364,026	316,669	363,398	608,073
Fev.	437,975	504,262	583,597	434,814	308,759	364,671	319,023	367,629	617,824
Mar.	439,240	505,562	583,597	440,572	310,406	368,745	319,756	372,137	621,588
Abr.	440,662	506,196	583,597	442,525	312,352	369,486	322,638	379,939	623,189
Mai.	441,504	506,674	583,597	444,003	313,812	369,486	324,233	379,959	626,615

## Preços ao consumidor – Brasil – base: ago. 94 = 100

Período	Transporte (Próprio)					Despesas Diversas		
	Total	Veículos	Peças e Acessórios	Combustíveis e Lubrificantes	Serviços de Oficina	Total	Bebidas Alcoólicas e Fumo	Outras Despesas Diversas
	204954 - Col. 6B	204962 - Col. 6BA	204970 - Col. 6BB	204989 - Col. 6BC	204997 - Col. 6BD	201531 - Col. 7	205004 - Col. 7A	205012 - Col. 7B
2010 Dez.	272,346	74,978	238,089	457,652	248,513	306,937	331,592	289,366
2011 Jan.	274,869	74,971	239,416	461,205	251,900	310,779	333,637	294,866
Fev.	276,904	74,931	241,547	463,988	256,232	315,412	340,313	297,744
Mar.	281,964	75,041	242,866	475,873	261,365	315,628	340,191	298,265
Abr.	292,864	75,006	242,808	505,452	263,782	318,196	345,227	298,669
Mai.	291,398	74,881	242,980	500,608	264,776	318,813	346,869	298,380

## Preços ao consumidor – Rio de Janeiro – disponibilidade interna (IPC/RJ-DI) – base: ago. 94 = 100

Período	Preços ao Consumidor							
	Total	Alimentação	Habitação	Vestuário	Saúde e Cuidados Pessoais	Educação, Leitura e Recreação	Transportes	Despesas Diversas
	1001812 - Col. 8	1001813 - Col. 8A	1001814 - Col. 8B	1001815 - Col. 8C	1001816 - Col. 8D	1001817 - Col. 8E	1001818 - Col. 8F	1001819 - Col. 8G
2010 Dez.	373,791	308,255	471,371	201,035	402,290	400,439	439,738	287,139
2011 Jan.	378,981	315,870	473,674	199,281	404,798	418,166	441,456	291,815
Fev.	380,976	316,774	477,004	199,404	407,081	419,944	444,127	295,316
Mar.	383,688	321,159	478,573	200,951	408,933	421,288	448,620	295,424
Abr.	388,052	324,739	481,003	205,430	413,722	423,497	462,802	296,880
Mai.	389,443	325,147	482,205	206,585	416,905	422,585	469,097	296,578

## Preços ao consumidor – São Paulo – disponibilidade interna (IPC/SP-DI) – base: ago. 94 = 100

Período	Preços ao Consumidor							
	Total	Alimentação	Habitação	Vestuário	Saúde e Cuidados Pessoais	Educação, Leitura e Recreação	Transportes	Despesas Diversas
	1001820 - Col. 9	1001821 - Col. 9A	1001822 - Col. 9B	1001823 - Col. 9C	1001824 - Col. 9D	1001825 - Col. 9E	1001826 - Col. 9F	1001827 - Col. 9G
2010 Dez.	334,661	295,060	426,234	143,560	339,909	437,818	313,022	333,175
2011 Jan.	339,052	298,119	427,508	143,305	341,213	454,010	325,879	337,258
Fev.	340,637	297,879	429,278	143,743	342,203	456,118	330,897	342,950
Mar.	343,117	299,841	431,438	145,430	344,934	457,624	336,092	343,571
Abr.	346,309	303,558	432,452	146,961	349,014	458,861	341,845	347,446
Mai.	347,719	305,935	434,344	148,568	350,554	459,789	340,071	348,264

**Preços ao consumidor – municípios das capitais – base: dez. 2000 = 100**

Período	Preço ao Consumidor - Total				
	Belo Horizonte	Brasília	Porto Alegre	Recife	Salvador
	1002627 - Col. 11	1002628 - Col. 12	1002633 - Col. 17	1002634 - Col. 18	1002635 - Col. 19
2010 Dez.	186,714	180,375	183,595	190,037	187,186
2011 Jan.	188,684	182,185	185,343	191,933	189,732
Fev.	189,629	182,229	188,090	192,210	190,136
Mar.	190,890	183,710	189,539	192,896	191,673
Abr.	192,736	184,784	190,810	194,467	193,235
Mai.	194,743	185,477	191,625	196,384	194,284

**Custo da construção – índice nacional (INCC) – base: ago. 94 = 100**

Período	Índice Nacional de Custo da Construção					
	Média	Mão de Obra	Materiais, Equipamentos e Serviços	H1 (1 e 2 Pavimentos)	H4 (3, 4, 5 e 6 Pavimentos)	H12 (10 e mais Pavimentos)
	160868 - Col. 6	160906 - Col. 1	160914 - Col. 2	160876 - Col. 3	160884 - Col. 4	160892 - Col. 5
2010 Dez.	453,766	544,741	386,239	448,780	460,681	454,247
2011 Jan.	455,619	545,379	388,893	450,376	462,624	456,192
Fev.	456,917	545,511	390,966	451,555	463,968	457,533
Mar.	458,887	547,549	392,865	453,131	466,214	459,480
Abr.	463,766	557,069	394,534	457,404	471,124	464,784
Mai.	477,405	587,618	396,536	472,883	483,524	478,724

**Custo da construção – municípios das capitais – Rio de Janeiro – base: ago. 94 = 100**

Período	Índice de Custo da Construção Civil					
	Média	H1 (1 e 2 Pavimentos)	H4 (3, 4, 5 e 6 Pavimentos)	H12 (10 e mais Pavimentos)	Mão de Obra	Materiais, Equipamentos e Serviços
	159363 - Col. 6	159371 - Col. 7	159381 - Col. 8	159398 - Col. 9	159401 - Col. 10	159411 - Col. 11
2010 Dez.	449,688	449,021	450,061	449,683	563,825	369,276
2011 Jan.	452,121	450,509	452,768	452,326	563,825	373,063
Fev.	453,161	451,545	453,704	453,465	563,825	374,682
Mar.	454,615	452,418	455,427	454,955	563,825	376,945
Abr.	477,135	475,946	477,589	477,311	619,285	379,470
Mai.	479,335	478,161	479,885	479,415	620,425	382,225

## Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100

Período	Belo Horizonte			Brasília		
	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra
	160957 - Col. 15	160965 - Col. 16	160973 - Col. 17	160981 - Col. 18	160991 - Col. 19	161007 - Col. 20
2010 Dez.	507,790	409,175	633,329	425,805	383,688	476,595
2011 Jan.	509,857	412,212	633,820	426,498	384,875	476,595
Fev.	511,125	414,273	633,820	426,428	384,755	476,595
Mar.	514,015	416,108	638,176	426,642	385,121	476,595
Abr.	515,452	418,210	638,531	427,389	386,400	476,595
Mai.	517,078	420,853	638,531	446,981	387,194	521,797

## Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100

Período	Porto Alegre			Recife		
	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra
	161252 - Col. 36	161260 - Col. 37	161279 - Col. 38	161287 - Col. 48	161295 - Col. 49	161309 - Col. 50
2010 Dez.	466,558	417,978	514,985	496,228	390,541	620,635
2011 Jan.	467,613	419,756	514,985	499,674	394,996	621,865
Fev.	469,324	422,153	515,665	503,501	399,759	623,557
Mar.	474,598	425,644	523,213	504,263	400,898	623,557
Abr.	477,100	427,159	526,992	505,317	402,453	623,595
Mai.	479,444	430,587	527,722	506,982	404,786	623,869

## Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100

Período	Salvador			São Paulo		
	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra
	161317 - Col. 51	161325 - Col. 52	161333 - Col. 53	161341 - Col. 54	161351 - Col. 55	161368 - Col. 56
2010 Dez.	469,434	360,368	618,762	442,400	389,126	508,761
2011 Jan.	471,788	364,055	618,762	444,307	391,593	509,900
Fev.	473,215	366,170	618,959	445,626	393,947	509,822
Mar.	477,953	368,217	627,828	446,731	395,863	509,834
Abr.	497,222	369,249	675,942	447,752	397,545	509,963
Mai.	500,964	370,848	682,975	470,912	399,258	561,503

**Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – base: mar. 99 = 100**

Período	Obras Hidrelétricas (Índices Específicos, por Tipo de Obras)									
	Escavação				Concreto					
	Comum	Em Rocha a Céu Aberto	Limpeza e Tratamento de Fundação em Rocha	Em Rocha Subterrânea	Massa	Armado*	Massa sem Cimento e Aço	Estrutural s/ Cimento e Aço	Compactado a Rolo s/ Cimento	Projetado s/ Cimento e Aço
	160086 - Col. 1	160094 - Col. 2	1000305 - Col. 2A	160108 - Col. 3	160132 - Col. 4	160 116 - Col. 5	1000327 - Col. 7A	1000325 - Col. 7B	1000326 - Col. 7C	1000328 - Col. 7D
2010 Dez.	263,741	212,924	228,913	215,411	244,184	249,643	214,753	220,026	242,202	260,273
2011 Jan.	264,630	214,023	229,097	217,977	246,018	250,718	217,469	221,430	245,238	265,470
Fev.	264,890	214,305	229,188	219,550	245,825	251,315	218,021	221,926	245,575	265,649
Mar.	265,240	214,543	229,297	219,719	247,449	252,984	218,676	222,283	244,078	265,831
Abr.	265,713	214,354	235,690	219,809	247,565	252,954	218,556	222,237	243,950	266,191
Mai.	266,709	215,020	236,169	220,355	251,427	256,251	219,857	223,943	245,265	267,407

**Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – base: mar. 99 = 100**

Período	Obras Hidrelétricas (Índices Específicos, por Tipo de Obras)		Obras Hidrelétricas (Índices Elementares)							
	Outros		Outros		Mão de Obra			Equipamento		
	Armação s/ Fornecimento de Aço	Fôrma de Madeira	Enrocamento	Aterro Compactado	Administração	Especializada	Não Especializada	Nacional	Equipamentos	Importado
	160159 - Col. 8	160167 - Col. 9	160175 - Col. 10	160183 - Col. 11	159878 - Col. 12	159886 - Col. 13	159894 - Col. 14	159908 - Col. 15	1000304 - Col. 15A	159916 - Col. 16
2010 Dez.	242,647	232,612	216,589	242,383	211,099	219,137	263,695	257,995	217,831	139,233
2011 Jan.	242,788	233,366	217,835	242,740	211,069	219,400	263,695	260,264	219,699	140,571
Fev.	243,130	233,522	218,059	243,062	211,166	219,458	263,815	260,544	220,036	140,547
Mar.	243,437	233,898	218,426	243,363	211,404	219,459	263,914	260,374	220,100	140,515
Abr.	242,311	234,109	218,203	242,691	211,920	219,647	263,952	260,619	219,645	138,497
Mai.	243,815	235,902	218,891	243,820	213,582	221,176	266,889	261,674	220,558	139,015

**Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – base: mar. 99 = 100**

Período	Obras Hidrelétricas (Índices Elementares)							
	Material de Construção							Pneus
	Cimento	Madeira	Produtos Manufaturados					
			Siderúrgicos	De Ferro Fundido	De Aço Galvanizado	De Borracha	De Cobre	
159924 - Col. 17	159932 - Col. 18	159940 - Col. 19	159967 - Col. 21	159975 - Col. 22	160078 - Col. 23	159983 - Col. 24	159991 - Col. 25	
2010 Dez.	284,886	215,742	331,229	238,331	283,313	260,760	256,231	251,221
2011 Jan.	286,395	218,237	331,674	238,331	283,371	260,731	257,958	251,259
Fev.	285,188	217,200	333,809	238,558	283,107	260,898	259,306	251,902
Mar.	285,188	219,900	341,586	236,892	283,297	260,898	262,783	254,322
Abr.	289,230	219,068	340,526	236,929	283,637	261,760	266,356	256,458
Mai.	300,622	221,288	341,090	237,450	283,235	262,845	265,450	263,752

\*Nota: Esta série inclui cimento e aço em sua composição.



## Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – outros tipos de obras

Período	Obras Hidrelétricas (Índices Elementares)								Edificação
	Material de Construção (base: mar.99 = 100)								Total - Média Geral (base: ago. 94 = 100)
	Óleo Diesel	Gasolina	Lubrificantes e Graxas	Explosivos	Material para Perfuração	Eletrodos	Aditivos de Concreto	Produtos de PVC	
	160027 - Col. 26	160019 - Col. 27	160000 - Col. 28	160035 - Col. 29	160043 - Col. 30	160051 - Col. 31	160061 - Col. 32	1000309 - Col. 33	
2010 Dez.	501,203	284,476	304,366	226,585	205,798	359,217	203,058	274,919	453,766
2011 Jan.	503,413	284,467	306,648	229,098	205,798	359,754	203,058	275,898	455,619
Fev.	505,094	285,189	307,190	230,016	206,081	360,572	203,333	276,579	456,917
Mar.	506,213	289,461	307,253	230,387	206,408	375,014	203,333	283,149	458,887
Abr.	508,654	304,212	309,062	231,153	205,179	382,466	203,531	285,902	463,766
Mai.	507,414	308,552	314,930	231,127	204,380	376,035	205,133	291,480	477,405

## Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – base: dez. 2000 = 100

Período	Obras Rodoviárias								
	Obras de Artes Especiais	Pavimentação	Terraplenagem	Consultoria (Supervisão e Projetos)	Drenagem	Sinalização Horizontal	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	Conservação Rodoviária	Ligantes Betuminosos
	157964 - Col. 36	157972 - Col. 37	157956 - Col. 38	157980 - Col. 39	1002385 - Col. 39A	1002386 - Col. 39B	1002387 - Col. 39C	1002388 - Col. 39D	1002389 - Col. 39E
2010 Dez.	211,710	230,031	203,102	170,440	214,354	206,467	196,984	210,026	258,676
2011 Jan.	212,170	231,428	203,313	170,650	214,789	206,784	196,884	210,331	258,676
Fev.	212,445	232,889	203,917	170,837	215,266	207,325	197,245	210,649	258,702
Mar.	213,272	234,004	204,429	171,146	216,159	207,489	197,590	211,240	258,350
Abr.	213,866	234,561	204,707	171,820	216,718	207,661	198,642	211,771	258,971
Mai.	215,470	235,167	206,006	173,408	218,338	210,429	200,205	214,131	258,194

## Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – base: ago. 94 = 100

Período	Obras Portuárias						Linhas Férreas	Obras Complementares
	Estruturas e Obras em Concreto Armado	Estruturas e Fundações Metálicas	Dragagem	Enrocamento	Redes de Energia Elétrica e Sinalização Ferroviária			
	159665 - Col. 40	159673 - Col. 41	159681 - Col. 42	159691 - Col. 43	159703 - Col. 44			
2010 Dez.	389,422	415,069	517,552	345,513	645,022	342,383	372,418	
2011 Jan.	394,469	412,249	513,232	346,747	664,202	343,749	374,091	
Fev.	395,509	415,369	514,060	347,835	676,067	345,437	375,531	
Mar.	395,396	415,873	518,652	348,315	676,115	349,057	376,611	
Abr.	395,659	416,129	525,256	348,411	678,829	349,127	377,629	
Mai.	396,891	418,506	528,439	348,899	676,426	351,397	379,635	

**Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios - DI\***

Período	Todos os Itens	INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços								
		Materiais, Equipamentos e Serviços	Materiais e Equipamentos	Materiais para Estrutura				Materiais para Instalação		
				Materiais para Estrutura	Material Metálico	Material de Madeira	Material à Base de Minerais Não Metálicos	Materiais para Instalação	Instalação Hidráulica	Instalação Elétrica
		1004888 - Col. 47A	1006972 - Col. 48A	1004889 - Col. 49A	1004896 - Col. 50A	1004899 - Col. 51A	1004900 - Col. 52A	1004901 - Col. 53A	1004897 - Col. 54A	1004903 - Col. 55A
2010 Dez.	453,766	386,239	307,121	368,987	368,394	314,975	360,357	241,702	242,431	231,784
2011 Jan.	455,619	388,893	308,210	369,583	365,424	316,267	362,101	244,086	242,316	237,903
Fev.	456,917	390,966	309,924	370,867	369,085	316,419	362,710	247,431	244,231	243,312
Mar.	458,887	392,865	311,548	372,759	375,160	317,212	363,161	248,501	246,077	243,156
Abr.	463,766	394,534	312,987	374,621	376,598	317,711	365,485	249,488	247,130	244,005
Mai.	477,405	396,536	314,525	376,246	376,882	318,253	367,862	250,988	251,318	241,341

**Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios - DI\***

Período		INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços							Equipamentos para Transporte de Pessoas
		Materiais para Acabamento							
		Materiais para Acabamento	Produtos Químicos	Revestimentos, Louças e Pisos	Esquadrias e Ferragens	Material para Pintura	Madeira para Acabamento	Pedras Ornamentais para Construção	
		1004898 - Col. 57A	1006987 - Col. 58A	1004905 - Col. 59A	1004906 - Col. 60A	1004907 - Col. 61A	1004909 - Col. 62A	1006990 - Col. 63A	
2010 Dez.	245,565	103,043	222,397	248,309	225,028	281,905	105,913	101,983	
2011 Jan.	246,640	103,202	222,924	249,748	225,537	283,236	107,197	102,277	
Fev.	248,525	103,762	224,830	251,339	226,856	285,849	108,886	102,277	
Mar.	250,301	104,528	225,679	253,031	230,157	287,459	109,329	102,569	
Abr.	251,703	102,765	227,046	254,620	234,028	288,545	109,550	102,688	
Mai.	252,938	103,938	227,808	255,693	235,739	289,497	109,975	103,355	

**Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios - DI\***

Período	INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços				INCC por Estágios - DI - Mão de Obra			
	Serviços				Mão de Obra			
	Serviços	Aluguéis e Taxas	Serviços Pessoais	Serviços Técnicos	Mão de Obra	Auxiliar	Técnico	Especializado
	1004890 - Col. 65A	1004910 - Col. 66A	1004911 - Col. 67A	1006996 - Col. 68A	1004894 - Col. 69A	1004912 - Col. 70A	1004913 - Col. 71A	1004914 - Col. 72A
2010 Dez.	282,809	229,664	299,194	114,351	544,741	312,085	306,623	317,599
2011 Jan.	288,312	233,832	307,916	115,825	545,379	312,134	306,896	319,370
Fev.	289,598	234,844	310,469	115,973	545,511	312,175	306,961	319,598
Mar.	290,591	235,251	311,357	116,709	547,549	313,631	307,855	320,627
Abr.	291,422	235,764	311,192	117,506	557,069	319,047	313,193	326,380
Mai.	293,073	237,448	312,545	118,064	587,618	335,653	331,559	343,379

\* Ver nota técnica.

**Agropecuária – preços recebidos pelos agricultores – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Índices Agregados		Lavouras							
	Lavouras	Produtos Animais	Algodão em Caroço	Amendoim em Casca	Arroz em Casca	Banana	Batata-Inglesa	Cacau	Cana-de-Açúcar	
	41966 - Col. 1	41974 - Col. 2	201701 - Col. 4	201718 - Col. 5	201726 - Col. 6	201734 - Col. 7	201742 - Col. 8	201750 - Col. 9	203451 - Col. 12	
2010	Set.	461,672	324,383	252,500	372,725	338,892	316,129	232,353	539,418	358,177
	Out.	482,232	331,141	252,500	393,937	344,448	309,677	264,706	537,695	369,365
	Nov.	495,937	344,240	252,500	421,210	344,448	309,677	258,824	529,494	371,603
	Dez.	499,851	345,761	255,000	-	344,448	303,225	223,530	540,521	372,894
2011	Jan.	504,335	346,558	255,000	-	333,337	303,225	220,589	554,167	374,271
	Fev.	515,293	346,034	255,000	-	327,781	306,451	220,589	578,288	378,832

**Agropecuária – preços recebidos pelos agricultores – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Lavouras								
	Cebola	Coco-da-Baía	Feijão	Fumo em Folha	Laranja	Malva	Mandioca	Milho	
	207805 - Col. 13	207813 - Col. 14	203494 - Col. 15	207716 - Col. 16	207732 - Col. 18	207831 - Col. 19	207759 - Col. 21	207740 - Col. 22	
2010	Set.	222,220	142,556	348,078	348,351	547,649	693,116	654,489	281,819
	Out.	192,591	140,428	403,847	344,377	568,592	693,116	661,680	309,092
	Nov.	188,887	136,173	394,232	344,377	571,733	693,116	665,032	327,274
	Dez.	192,591	136,173	350,001	345,039	565,974	-	672,006	345,456
2011	Jan.	192,591	136,173	342,309	337,092	579,063	-	670,979	354,547
	Fev.	192,591	142,556	328,847	338,417	584,822	-	662,112	363,638

**Agropecuária – preços recebidos pelos agricultores – Brasil – base: ago. 94 = 100**

Período	Lavouras <sup>1</sup>			Produtos Animais <sup>1</sup>						
	Soja	Tomate	Trigo (Grão)	Boi Gordo para Corte	Suíno para Corte	Frango/Galinha para Corte	Leite	Ovos	Mel de Abelha	
	207767 - Col. 25	207775 - Col. 26	207783 - Col. 27	201785 - Col. 29	207953 - Col. 30	207880 - Col. 31	207899 - Col. 32	207910 - Col. 34	207929 - Col. 35	
2010	Set.	370,596	354,289	316,669	344,984	307,056	229,413	316,667	247,948	381,278
	Out.	382,361	354,289	333,336	357,963	319,017	230,589	316,667	247,948	380,154
	Nov.	417,656	354,289	333,336	387,027	334,544	230,589	320,834	247,948	388,019
	Dez.	435,303	351,432	333,336	384,133	343,608	234,118	320,834	249,318	-
2011	Jan.	435,303	351,432	341,669	384,686	337,144	236,471	325,001	249,318	-
	Fev.	441,185	351,432	341,669	387,878	320,948	238,824	325,001	252,058	-

<sup>1</sup>Sisal e lã foram retiradas da publicação, as séries em referência estão descontinuadas desde dezembro de 2008.

**Agropecuária – preços recebidos pelos agricultores – unidades da federação – base: ago. 94 = 100**

Período	Brasil	Rondônia	Acre <sup>o</sup>	Amazonas	Pará	Tocantins	Ceará	Paraíba	Pernambuco
	41958 - Col. 35	1001553 - Col. 36	1001554 - Col. 37	1001555 - Col. 38	1001557 - Col. 40	1001559 - Col. 41A	1001562 - Col. 44	1001564 - Col. 46	1001565 - Col. 47
2010 Set.	414,302	548,905	541,024	580,510	1.093,769	446,395	454,522	393,834	423,359
Out.	429,401	555,417	541,024	585,368	1.105,644	469,393	481,306	409,612	446,607
Nov.	443,236	555,997	541,024	586,122	1.122,128	476,386	482,990	414,384	449,237
Dez.	446,210	558,748	-	597,769	1.119,580	497,146	497,582	421,381	451,575
2011 Jan.	449,199	565,320	-	601,778	1.117,224	497,984	499,833	422,792	450,203
Fev.	455,402	572,634	-	604,504	1.118,883	499,803	504,269	425,109	456,309

<sup>o</sup>Série descontinuada.

**Agropecuária – preços recebidos pelos agricultores – unidades da federação – base: ago. 94 = 100**

Período	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
	1001567 - Col. 49	1001568 - Col. 50	1001569 - Col. 51	1001570 - Col. 52	1001571 - Col. 53	1001572 - Col. 54	1001573 - Col. 55	1001575 - Col. 57	1001577 - Col. 59	1001578 - Col. 60
2010 Set.	357,877	575,889	429,849	388,215	489,758	571,144	432,986	423,030	450,469	444,543
Out.	364,969	590,903	465,547	388,072	508,149	584,463	455,622	429,032	468,906	479,577
Nov.	375,635	593,244	489,847	393,881	520,569	590,788	473,024	446,415	490,366	498,195
Dez.	378,442	597,409	497,165	397,561	523,564	582,960	477,764	456,118	486,715	500,640
2011 Jan.	384,692	608,310	501,630	403,047	528,315	588,542	484,108	456,591	492,487	494,200
Fev.	391,825	619,862	528,921	414,012	531,580	601,041	485,917	457,181	481,373	502,303

**Agropecuária – preços pagos pelos agricultores – unidades da federação – base: ago. 94 = 100**

Período	Brasil	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba
	41842 - Col. 61	1001586 - Col. 62	1001587 - Col. 63	1001588 - Col. 64	1001589 - Col. 65	1001590 - Col. 66
2010 Ago.	499,355	567,838	598,970	656,889	680,387	799,614
Set.	499,631	569,153	599,201	658,853	681,252	800,581
Out.	505,200	571,273	599,542	658,714	685,052	807,405
Nov.	505,999	572,812	599,542	659,619	687,738	818,663
2010 Dez.	507,572	576,327	605,448	669,622	691,929	820,921
Jan.	511,387	583,078	609,159	684,702	699,272	827,218

**Agropecuária – preços pagos pelos agricultores – unidades da federação – base: ago. 94 = 100**

Período	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	São Paulo	Paraná
	1001591 - Col. 67	1001594 - Col. 68	1001595 - Col. 69	1001598 - Col. 70	1001599 - Col. 71
2010 Ago.	690,765	662,194	472,620	506,733	482,531
Set.	691,509	662,094	472,535	506,863	482,349
Out.	707,824	667,383	483,069	511,101	486,424
Nov.	707,920	669,164	482,293	511,674	487,448
Dez.	710,167	674,356	484,375	512,525	488,093
2011 Jan.	710,347	680,870	484,980	516,232	492,700

**Agropecuária – preços pagos pelos agricultores – unidades da federação – base: ago. 94 = 100**

Período	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás
	1001600 - Col. 72	1001601 - Col. 73	1001602 - Col. 74	1001603 - Col. 75	1001604 - Col. 76
2010 Ago.	512,572	464,849	423,648	468,258	482,867
Set.	513,214	465,282	424,448	471,079	481,840
Out.	517,899	469,852	433,453	481,775	490,026
Nov.	519,033	470,815	433,755	480,761	490,586
Dez.	519,237	471,660	436,093	483,823	492,096
2011 Jan.	524,524	476,375	435,587	483,646	492,458

**Agropecuária – preços pagos pelos agricultores – base: ago. 94 = 100**

Período	Subgrupos – Brasil					
	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão de Obra
	41850 - Col. 77	41869 - Col. 78	41877 - Col. 79	41885 - Col. 80	41893 - Col. 81	41907 - Col. 82
2010 Ago.	419,552	405,261	317,485	312,230	571,082	867,885
Set.	420,181	405,309	317,083	313,310	571,082	868,197
Out.	426,508	415,639	316,799	314,865	571,367	877,001
Nov.	426,293	416,451	316,208	316,359	571,367	879,579
Dez.	426,024	418,863	316,113	317,892	571,970	883,312
2011 Jan.	426,816	422,165	316,175	323,273	572,013	894,508

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

ATIVIDADES	2012 - (JAN - MAR)		2012 - (ABR - JUN)		2012 - (JUL - SET)		TOTAL	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
SELEÇÃO	50	R\$ 3.000,00	100	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	<b>150</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>
DECISÃO	10	R\$ 1.000,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	<b>10</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
TREINAMENTO	30	R\$ 4.000,00	15	R\$ 2.000,00	15	R\$ 2.000,00	<b>60</b>	<b>R\$ 8.000,00</b>
IMPLANTAÇÃO	30	R\$ 2.000,00	30	R\$ 5.000,00	30	R\$ 5.000,00	<b>90</b>	<b>R\$ 12.000,00</b>
AVALIAÇÃO	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	5	R\$ 1.000,00	<b>5</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 10.000,00</b>		<b>R\$ 7.000,00</b>		<b>R\$ 8.000,00</b>	<b>315</b>	<b>R\$ 25.000,00</b>

Elaborado: pelo Autor